

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**RAÍSA BARBOZA BEZERRA**

**DIPLOMACIA MULTILATERAL: O BRASIL E A CHINA NO BRICS (2006 - 2014)**

**Santana do Livramento  
2014**

**RAÍSA BARBOZA BEZERRA**

**DIPLOMACIA MULTILATERAL: O BRASIL E A CHINA NO BRICS (2006 - 2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Carletti.

**Santana do Livramento  
2014**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

B574d Bezerra, Raísa Barboza

Diplomacia Multilateral: O Brasil e a China no BRICS (2006 - 2014) /  
Raísa Barboza Bezerra.

91 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do  
Pampa, BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2014.  
"Orientação: Anna Carletti".

1. Diplomacia Multilateral. 2. Política Externa Brasileira. 3. Política  
Externa Chinesa. 4. BRICS. I. Título.

**RAÍSA BARBOZA BEZERRA**

**DIPLOMACIA MULTILATERAL: O BRASIL E A CHINA NO BRICS (2006 - 2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 20 de agosto de 2014.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Carletti  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Kamilla Raquel Rizzi  
UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Nathaly Silva Xavier Schütz  
UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus pais José Airton e Maria Tereza, pelo amor incondicional e apoio em toda a minha vida. Os senhores são a razão maior da conclusão desta caminhada.

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por permitir que eu esteja viva e por sempre ter me acompanhado e me dado força.

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Carletti, por ter me concedido a oportunidade de ser sua aluna e orientanda. Por toda a sua dedicação, respeito, conhecimento, paciência, assistência e consideração, sem as quais não teria sido possível a execução dos trabalhos de pesquisa e a elaboração final desta monografia.

Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Sant'Ana do Livramento - RS, Dra. Daniela V. N. Benetti – Diretora do campus Santana do Livramento, Dra. Anna Carletti - Coordenadora da Assessoria de Relações Internacionais (ARInter), Dra. Kamilla Raquel Rizzi - Coordenadora Acadêmica, Msc. Rafael Balardin - Coordenador do curso de Relações Internacionais, Dr. Flávio Lira Nascimento - Docente, Dr. Fábio Régio Bento - Docente, Dr. Renatho Costa - Docente, Dr. Avelar Fortunato - Docente.

Ao corpo docente do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento – RS e a todos os docentes que contribuíram para a formação dos discentes da turma 2010-2014 do curso de Relações Internacionais - Dra. Nathaly Silva Xavier Schütz – Docente, Msc. Rafael Vitória Schmidt – Docente, Dra. Ana Monteiro – Docente, Msc. Juordan Sardi Schutz – Docente, Msc. Rodrigo Benetti – Docente, Dr. Victor Hugo Burgardt – Docente, Msc. Margarete Gonçalves - Docente, Dra. Gleyce Santos - Docente, Dr. Eduardo Angeli - Docente, Msc. Carolina Freddo Fleck - Docente, Dr. Wilson Vieira – Docente, Msc. Ricardo Severo - Docente, Dr. Gustavo Aggio – Docente, Msc. Fabiane Garcia – Docente, Msc. João Garibaldi Almeida Viana - Docente.

Aos Prof. Dr. José Eduardo Cassiolato (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Gabriela Podcameni (UFRJ), coordenadores do meu estágio e ao Msc. Rafael Schmidt (UNIPAMPA) professor da cadeira de estágio supervisionado.

Aos acadêmicos da Turma de Relações Internacionais (2010 – 2014) pelo convívio harmonioso e amizade, principalmente ao meu amigo Rafael de Castro.

A administração e aos técnicos administrativos que nos assistiram na realização de eventos e no convívio diário, principalmente à bibliotecária Sacha Gomes. A todos os funcionários da UNIPAMPA, que permitiram com o seu trabalho a convivência em um ambiente digno, seguro e propício ao aprendizado.

E finalmente, a minha família, amigos e a todos que contribuíram para a conclusão da minha graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa.

“As combinações em que nenhuma das partes perde, e mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores”.

Branco.

Barão do Rio

## RESUMO

O trabalho de conclusão de curso tem por objetivo entender a importância da diplomacia multilateral, como estratégia diplomática, para o Brasil e a China. Visto que a valorização da diplomacia multilateral é parte da estratégia brasileira e chinesa de inserção internacional, buscar-se-á responder a questão se a preferência do Brasil e da China pela diplomacia multilateral no início do século XXI pode ter possibilitado a aproximação desses países por meio do BRICS. A hipótese é que a adoção da diplomacia multilateral no início desse século levou a aproximação do Brasil e da China a través do grupo BRICS. Argumenta-se que a opção pela diplomacia multilateral pelos dois países no início do século XXI levou à articulação do BRICS como mecanismo de cooperação político-diplomático. Dessa forma, o agrupamento BRICS evidenciaria uma das características da política externa brasileira atual, ou seja, de valorização do multilateralismo. Defende-se, portanto, que a valorização do BRICS é parte da estratégia de inserção internacional do Brasil visando ganhar peso em instituições multilaterais para ascender sua posição internacional. Para isso, o Brasil como também a China, buscam a participação ativa em instituições multilaterais e a reforma de organizações internacionais de âmbito global. Realiza-se ainda uma análise das demandas dos países emergentes no caso específico do grupo BRICS, analisando o papel do Brasil e da China em vista de uma possível modificação da ordem internacional vigente.

Palavras-Chave: Brasil – China – Diplomacia Multilateral – Política Externa – BRICS

## RESUMEN

El trabajo de finalización de curso tiene como objetivo comprender la importancia de la diplomacia multilateral, como una estrategia diplomática para Brasil y China. Visto que la apreciación de la diplomacia multilateral es parte de la estrategia brasileña y china de inserción internacional, se tratará de contestar a la pregunta de si la preferencia de Brasil y China por la diplomacia multilateral a principios del siglo XXI puede haber promovido el acercamiento de estos países por medio del BRICS. La hipótesis es que la adopción de la diplomacia multilateral en el comienzo de este siglo dió lugar a un mayor acercamiento entre Brasil y China a través del grupo BRICS. Se argumenta que la elección de la diplomacia multilateral entre los dos países en el inicio del siglo XXI llevó a la articulación del mecanismo de cooperación BRICS, política y diplomática. Así, la agrupación BRICS evidenciaría la característica de la política exterior brasileña actual, o seja, de valoración del multilateralismo. Se argumenta, por lo tanto, que la apreciación de los BRICS es parte de la estrategia de inserción internacional de Brasil visando el aumento de peso en las instituciones multilaterales para ascender su posicionamiento internacional. Para eso, Brasil, bien como China, buscan la participación activa en las instituciones multilaterales y la reforma de las organizaciones internacionales a nivel mundial. Aún se lleva a cabo un análisis de las demandas de los países emergentes en el caso específico del grupo BRICS, analizando el papel de Brasil y China para una posible modificación del orden internacional vigente.

Palabras clave: Brasil - China - Diplomacia Multilateral - Política Exterior - BRICS

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGNU: Assembleia Geral das Nações Unidas
- BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BM: Banco Mundial
- BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
- BRIC: Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China
- BRICS: Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CASS: Academia Chinesa de Ciências Sociais
- CBERS: Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres
- CELAC: Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- CRA: Arranjo Contingente de Reservas
- CDB: Banco de Desenvolvimento da China
- COSBAN: Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível
- CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas
- EUA: Estados Unidos da América
- EXIM Bank: Banco de Exportação e Importação
- FMI: Fundo Monetário Internacional
- GATT: Acordo Geral de Tarifas e Comércio
- G-7: Grupo formado pelas economias dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá.
- G-8: Grupo formado pelo G-7 acrescido da Rússia
- G-20 comercial: Grupo formado por países emergentes junto à OMC
- G-20 financeiro: Grupo formado pelas 19 maiores economias mundiais e a UE
- IBAS: Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
- MRE: Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil
- OCX: Organização para Cooperação de Xangai
- OMC: Organização Mundial do Comércio
- ONU: Organização das Nações Unidas
- RPC: República Popular da China
- SINOPEC: Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
- UE: União Europeia

UNASUL: União das Nações Sul-Americanas

UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VEB: Banco de Desenvolvimento e Assuntos Econômicos Exteriores

## SUMÁRIO

|            |   |           |
|------------|---|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>14</b> |
| <b>2</b>   | <b>DIPLOMACIA MULTILATERAL E O BRICS .....</b>                              | <b>18</b> |
| <b>2.1</b> | <b>Diplomacia Multilateral .....</b>  | <b>23</b> |
| <b>2.2</b> | <b>Origem e Evolução do Grupo BRICS .....</b>                               | <b>26</b> |
| <b>3</b>   | <b>POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2006-2014) E O BRICS .....</b>              | <b>39</b> |
| <b>4</b>   | <b>POLÍTICA EXTERNA CHINESA (2006-2014) E O BRICS .....</b>                 | <b>52</b> |
| <b>4.1</b> | <b>Elementos Comuns entre a Política Externa do Brasil e da China .....</b> | <b>64</b> |
| <b>4.2</b> | <b>Perspectiva das relações comerciais entre Brasil e China .....</b>       | <b>71</b> |
| <b>4.3</b> | <b>Atuação do Brasil e da China no BRICS .....</b>                          | <b>72</b> |
| <b>5.</b>  | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>80</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>85</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O início do século XXI apresentou transformações significativas no cenário internacional, dentre elas, a ascendência das potências emergentes e sua crescente importância para a economia mundial, principalmente após a crise financeira internacional de 2008. No entanto, a estrutura do sistema internacional não acompanhou as demandas requeridas pelas potências emergentes ou reemergentes, provocando a criação de foros e coalizões na tentativa de diminuir o hiato de poder político entre elas e os países desenvolvidos dentro das organizações internacionais. Nesse sentido o grupo BRICS, composto pelas potências emergentes Brasil, Índia, China, África do Sul e a reemergente Rússia, visa inserir as propostas desses países nas organizações multilaterais de âmbito global que permanecem em sua maioria, nos moldes da ordem internacional cunhada no pós - Segunda Guerra Mundial.

O trabalho de conclusão de curso procurará responder à questão central se a preferência do Brasil e da China pela diplomacia multilateral no início do século XXI pode ter possibilitado a aproximação desses países por meio do BRICS. Procura-se responder, também, se a adoção da diplomacia multilateral por parte do Brasil e da China no início do século XXI levou à valorização do BRICS como uma das ferramentas de política externa brasileira e chinesa. Buscar-se-á entender como a política externa brasileira e chinesa relacionam-se com o multilateralismo e qual a importância da constituição do agrupamento BRICS para a inserção internacional do Brasil e da China. Argumenta-se, à luz da análise da política externa brasileira, que a constituição e fortalecimento do agrupamento BRICS compõe parte da estratégia de inserção internacional do Brasil ancorada ao multilateralismo. No caso da política externa chinesa fazer parte do agrupamento condiz com os objetivos de sua política externa baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, desenvolvimento harmônico e desenvolvimento pacífico como pilares para a construção de um mundo multipolar.

Essa monografia está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é constituído pela introdução discorre sobre a diplomacia multilateral, o que é multilateralismo, qual a origem do conceito e a sua evolução. Ainda apresenta a história do grupo BRICS e como o grupo se relaciona com a reforma das

organizações internacionais num contexto pós-crise de 2008. O segundo capítulo é um aprofundamento dos temas apresentados na introdução, explicando a origem e a história da diplomacia multilateral e do agrupamento BRICS, a evolução da coalizão e os seus mecanismos de cooperação. Procura-se responder, ainda, ao longo do trabalho o questionamento, se a preferência pela diplomacia multilateral pela política externa brasileira e chinesa levou a criação e fortalecimento do BRICS. Com vista a esse objetivo, busca-se compreender o que é o BRICS, sua origem e coalizão, quais são seus objetivos, qual o seu papel para a política externa brasileira e chinesa, e se ele é importante para o Brasil e a China.

O terceiro capítulo será sobre a linha da política externa chinesa no início do século XXI, analisando as suas relações com o Brasil e procurando responder qual o papel do BRICS para a China. O quarto capítulo gira em torno das características da política externa brasileira do período de 2006 a 2014. Buscar-se-á elucidar os motivos que levaram a política externa do governo Lula à construção do agrupamento. Bem como se explicará os elementos da política externa do governo Dilma Rousseff que levaram a busca pelo fortalecimento do grupo, será feita uma análise das relações comerciais entre Brasil e China e a atuação desses países no BRICS. Com base no que foi apresentado nos capítulos anteriores, o último capítulo é dedicado às considerações finais.

Para uma análise das características da política externa brasileira e chinesa, adota-se aqui o conceito de Joseph Nye sobre *soft power* e *hard power*. Poder, para Nye (2011, p.70), “é a capacidade de atingirmos os objetivos ou fins”. Nye explica que, como o poder está ligado à capacidade de controlar os outros, os governantes tem a tendência de associar poder à posse de determinados recursos. “Esses recursos compreendem, entre outros, população, território, recursos naturais, dimensão econômica, forças militares e estabilidade política” (Nye, 2011, p. 71). O poder mensurável em recursos é denominado “*hard power*” ou poder duro. Nye (2011) aponta que a conversão do poder em termos de recursos, poder potencial, para o poder real, baseado na alteração de comportamento do outro se constitui um desafio. É necessário, conforme Nye (2011) sabermos tanto a capacidade de um país na conversão do poder quanto em sua habilidade de adquirir recursos para se conhecer a capacidade de influência efetiva.

Todavia existem outras modalidades do poder, uma delas é o poder suave ou *soft power*. Conforme Nye (2011), esse poder se traduz na capacidade de cooptar o outro por meio de alusão de ideais, cultura, de modo a influenciar a agenda política de outro Estado. Nye (2011) explica, também, que as fontes de poder não são estáveis e contínuas. O nível de recursos é variável, apesar das mutações do poder, alguns recursos continuam a ser igualmente importantes quanto na sua origem. Dentre as interpretações do comportamento dos Estados no sistema internacional algumas tendem dar uma importância maior ao poder bruto, outras a fatores internos, outras a fatores econômicos, entre outras perspectivas. No entanto, vários países, incluindo algumas potências emergentes, podem buscar melhorar suas posições no sistema internacional por meio do exercício do “poder brando” (*soft power*) (MACFARLANE, 2009, p. 77). Dentre os países que formam o BRICS, Brasil e China utilizam o grupo como ferramenta de *soft power* para ampliarem a sua voz no sistema em que se inserem. Dessa forma, o BRICS é utilizado como *soft power* diplomático pelo Brasil e pela China.

A diplomacia brasileira defende o multilateralismo em sua política externa e a normatização do sistema internacional, a busca pelo multilateralismo se dá em duas principais vertentes (ROSA, 2014). A primeira seria a partir da formação de alianças com os Estados que tenham interesses comuns, como é o caso do BRICS, do IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) (ROSA, 2014). A segunda forma de buscar o multilateralismo seria a crença em instituições de âmbito global para regular a ordem internacional, destacando-se a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (ROSA, 2014).

O BRICS é um agrupamento informal, ou seja, sem institucionalização. À medida que os encontros vão ocorrendo, novos temas são apontados e novos meios são criados para a cooperação entre os países do BRICS. Após a convocação da Reunião de Chanceleres do Brasil, Rússia, Índia e China, durante 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2006, os países do acrônimo BRICS se organizaram para a cooperação, conforme o Itamaraty (2013). A partir dessa data, o BRIC, passou de sigla para análise de mercado criada pelo economista Jim O’Neill em 2001, para fórum de diálogo e agrupamento informal com atuação do sistema internacional. Em 2009, ocorreu a primeira cúpula do BRICS na

Rússia, aprofundando o processo de institucionalização vertical. A África do Sul ingressa, então, em 2011, durante a Terceira Cúpula, dando uma marca maior a sigla que passa a se chamar BRICS. Apesar de a sua criação ter se dado através de um estudo de um economista da Goldman Sachs sobre os países que possuíam um alto crescimento econômico e importância futura a economia global, com a entrada da África do Sul, o BRICS se torna um agrupamento, sobretudo, político. A partir do segundo ciclo das cúpulas do BRICS, inaugurado pela cúpula de Fortaleza, temos de fato o início da institucionalização do grupo na parte econômico-financeira com a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS e o Arranjo Contingente de Reservas. A criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS demonstra a força econômica e política desses países. Além de dar uma resposta aos países desenvolvidos que não realizaram, principalmente, a reforma das cotas do Fundo Monetário Internacional, e a reforma de outras instituições multilaterais que não configuram a atual relação de poder, principalmente econômica dos países. Os países emergentes demandam por reformas das estruturas das organizações internacionais de âmbito global, de modo que passem a representar seus interesses.

## 2 DIPLOMACIA MULTILATERAL E O BRICS

A diplomacia multilateral insere os Estados-nação em uma organização internacional, estrutura multilateral ou espaço para discussão, na qual o Estado deve se posicionar sobre determinados temas e negociar com outros Estados sobre suas posições. De acordo com Keohane (2006, p. 56) o multilateralismo pode ser definido como “ação coletiva institucionalizada empreendida por um conjunto de Estados independentes estabelecido de maneira inclusiva.” A Diplomacia Multilateral do BRICS refere-se às relações entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, caracterizadas pelas ações conjuntas e posições semelhantes em determinados temas, baseados na cooperação entre esses Estados e coordenação de seus posicionamentos em organismos internacionais. Esta coordenação tem como objetivo formar uma proteção contra o intervencionismo dos países desenvolvidos principalmente relativo às suas economias. Os países do grupo BRICS também anseiam por reformas das instituições internacionais para um maior papel ativo nessas organizações.

A intensificação do processo de interdependência complexa resulta em uma dificuldade de separação de temas referentes à política interna dos Estados e à política internacional. Dessa forma, há uma preferência pela via multilateral para a resolução de conflitos diversos. A promoção do multilateralismo pelos poderes hegemônicos, principalmente a partir do século XX, reflete uma estratégia por parte das grandes potências de promoção dos seus interesses sob outros Estados menores.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve a criação de diversas organizações internacionais com um viés multilateral que permitiriam e legitimariam, a partir de uma construção de regras criadas pelas grandes potências, a intervenção das mesmas em outros países em áreas de interesse, como a área comercial. Nesse sentido, a partir da Conferência de Bretton Woods em 1944, começaram os diálogos para a criação de organizações internacionais que correspondessem aos interesses econômico-financeiros dos Estados Unidos e Europa. Dessa forma, foram criados, especialmente a partir de 1945, organismos multilaterais pelos Estados Unidos e Europa como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU) o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

(BIRD) em 1944, que se tornou parte do Banco Mundial, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), em 1947 (o qual estaria na base da constituição da Organização Mundial do Comércio, OMC). Essa estrutura serviria de apoio para a nova posição dos EUA de superpotência no cenário internacional (VISENTINI, 2013). A multilateralidade diplomática tornou-se notória no pós- Segunda Guerra Mundial. No entanto, as instituições multilaterais criadas no período do pós - Segunda Guerra Mundial, principalmente ligadas ao plano político, não refletem a nova realidade do sistema internacional do início do século XXI. Conforme Celso Amorim (2010):

As mudanças nos esquemas globais de governança da área comercial e da área financeira refletem novas realidades, mas, por outro lado, o mesmo não pode ser percebido no quadro político estratégico, o que dá espaço para que novos agrupamentos regionais, sub-regionais e mesmo transnacionais, como os BRICS e o Fórum IBAS – Índia, Brasil e África do Sul -, venham a suprir parcialmente essa deficiência. A posição brasileira expressa, segundo ele, que a intenção dos BRICS não é formar uma aristocracia dos emergentes, nem se tornar um grupo de oposição a uma ideia, a um país ou a um grupo de países, mas sim dar voz aos países mais pobres, de modo a refletir a nova realidade do cenário internacional e o anacronismo de algumas estruturas do sistema multilateral (AMORIM, 2010, p. 41).

Os países membros do grupo BRICS possuem uma crescente relevância no cenário internacional e procuram fortalecer suas posições em diversas organizações internacionais, optando pela cooperação entre eles e o multilateralismo. Este último sendo entendido por uma perspectiva dos países emergentes, no sentido de ser uma relação igualitária entre vários Estados para uma decisão conjunta. Os Estados do BRICS atuam em fóruns internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), G-20. Ao coordenarem as suas políticas, os países do BRICS desejam acrescentar um peso maior às suas decisões. Cooperam em campos político, econômico - financeiro, e em mais de 30 áreas, destacando entre elas a área científico-tecnológica e de infraestrutura. Tal cooperação visa um desenvolvimento mútuo entre esses países.

O multilateralismo pode ser entendido como uma ferramenta de ação conjunta e cooperação internacional. Do ponto de vista teórico, o multilateralismo é também considerado um fenômeno histórico de institucionalização de organizações internacionais que teve sua expansão a partir do século XX. Conforme Novosseloff

(2002), a Europa já possuía organizações internacionais no século XIX dentre elas a União Internacional da Telegrafia (1865) e da União Postal Universal (1874), contudo, a partir do século XX, o sistema internacional veria a expansão das instituições multilaterais. A institucionalização da cooperação internacional originou novas formas de ação conjunta a nível internacional, de processos de tomada de decisão e do surgimento de fóruns internacionais para estabilizar as relações entre os Estados (NOVOSSELOFF, 2002, p. 203, tradução nossa). “O crescimento do multilateralismo é diretamente relacionado com o aumento das organizações internacionais que tem como impulsionador o aumento do comércio internacional” (NOVOSSELOFF, 2002, p. 203, tradução nossa).

Em 1919 tem-se a criação da Liga das Nações e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O multilateralismo estava dividido em multilateralismo político e multilateralismo econômico. Com o fracasso da Liga das Nações e a criação em 1945 do híbrido do multilateralismo político e econômico, a Organização das Nações Unidas, o termo multilateralismo passa a ser mais conhecido. Segundo Novosseloff (2002, p. 333): “Très vite, ont coexisté deux formes: le multilateralisme politique, et le multilateralisme économique, combinaison concrétisée par la création du système onusien en 1945”.

Atualmente, o conceito de multilateralismo nas relações internacionais tende a ser considerado um sistema de interação entre Estados no qual, cada Estado estabelece relações com os demais países no cenário internacional, não só por meio de trocas bilaterais, mas pelo vínculo com um conjunto de Estados (MELLO, 2011). Por meio da interação entre os Estados e o estabelecimento de posicionamentos similares sobre determinados temas, o multilateralismo favoreceria, teoricamente, a multipolaridade do sistema internacional e o seu equilíbrio. Essa poderia ser uma das razões da adoção do multilateralismo pelo Brasil e pela China, no início do século XXI, para propiciar a paz e estabilidade no sistema internacional. Para a China, a paz no sistema internacional é uma das condições necessárias para o seu crescimento econômico. O Brasil, a partir do seu reconhecimento como potência média no sistema internacional, considera-se um mediador internacional, entre as

---

<sup>1</sup> Muito rapidamente, coexistiram duas formas: o multilateralismo político, e o multilateralismo econômico, a combinação resultou na criação do sistema das Nações Unidas em 1945 (tradução nossa).

demandas dos países desenvolvidos e os em desenvolvimento. A resolução de controvérsias por meios pacíficos também é uma das linhas gerais da política externa brasileira que visa por meio do multilateralismo alcançar esse objetivo. Desde a política externa independente, implantada primeiramente no governo de Jânio Quadros, o Brasil passou a defender internacionalmente a paz através da prática da coexistência pacífica e a buscar uma posição mais autônoma no cenário internacional sem um alinhamento automático aos EUA, com uma visão pragmática, que tinha por objetivo o desenvolvimento do comércio brasileiro. A defesa do multilateralismo e do direito internacional acompanha a política externa brasileira, assim a opção por uma linha de política externa mais autônoma se reflete na busca do Brasil pela diversificação de suas parcerias, processo verificado no início do século XXI com a criação de coalizões políticas, foros econômicos e comerciais, como é o caso do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), IBAS (Índia, Brasil, África do Sul) e G-20.

O principal elemento de constituição do grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) foi o econômico, o crescimento das economias dos países emergentes em comparação com os países desenvolvidos. A principal economia do grupo BRICS é a chinesa, 2ª maior economia mundial. Nesse sentido há uma dúvida quanto às relações entre a China e os demais países do BRICS. A questão está pautada se as trocas comerciais estariam baseadas na cooperação sul-sul ou se estaria relacionada mais a uma relação norte-sul, principalmente por a China exportar produtos manufaturados e importar produtos primários. A China vem adquirindo cada vez mais *hard power*, a sua economia continua crescendo a altos níveis e com isso tem também investido em *soft power*, para reestruturar as organizações multilaterais conforme as demandas dos países emergentes, mas evitando uma confrontação direta com os Estados Unidos. Dessa forma o Congresso Norte-Americano tem se preocupado com a “decisão chinesa entre manter a ordem internacional ou seguir outro caminho” (ROSA, 2014, p. 4). “China is in a position to help advance U.S. interests or to frustrate them. China’s rising economy has also enabled it to boost its military capabilities”<sup>2</sup> (MORRISON, 2014, p. 36).

---

<sup>2</sup> A China está em uma posição para ajudar o avanço dos interesses dos EUA ou frustrá-los. O crescimento da economia da China também permite-lhe aumentar as suas capacidades militares.

O grupo BRICS tem como objetivo a reforma das organizações internacionais de caráter global para inserir as demandas desses países emergentes nas negociações multilaterais. O BRICS se coloca como uma força questionadora da ordem internacional forjada no pós Guerra-Fria.

A ampliação do G-7 para as negociações em um G-20 incluindo países em desenvolvimento demonstra a importância da participação desses países nas negociações multilaterais principalmente após a crise financeira internacional de 2008 (ROSA, 2014). A crise que afetou mais profundamente os países desenvolvidos afetou também os países em desenvolvimento, ainda assim eles mantiveram o seu crescimento, mesmo que não ao mesmo nível, devido em parte ao fornecimento de *comodities* para a economia chinesa, principalmente no que condiz as trocas comerciais intra-BRICS.

O agrupamento BRICS é para a China uma forma de realizar ajustes no sistema internacional de forma não unilateral (ROSA, 2014). A iniciativa chinesa de unir-se a países emergentes, mas com aspirações semelhantes, é uma forma de realizar mudanças, porém sem uma confrontação direta com os EUA e Europa, demonstrando uma forma de cooperação alternativa a praticada pelos países desenvolvidos. O pós-Segunda Guerra Mundial configurou a ordem internacional a partir da construção de organismos multilaterais a nível regional e mundial. O surgimento do multilateralismo comercial criado pelo sistema de Bretton Woods (1945), que criou, o Banco Mundial e o Fundo Monetário internacional, também foi responsável, em certa medida, pela liberalização econômica (ROSA, 2014). A partir das pressões do FMI, à serviço da comunidade financeira, Banco Mundial, e da entrada desses países na OMC, os países em desenvolvimento tomadores de empréstimo durante a década de 80 e 90 deliberaram pela abertura comercial. (ROSA, 2014). As políticas de liberalização comercial, aplicadas de uma maneira indiscriminada, em muitos países em desenvolvimento, trouxeram prejuízos em relação à balança comercial e aumentaram as desigualdades sociais (ROSA, 2014).

Na V Cúpula dos BRICS, em 2013, os países membros defenderam a agenda de desenvolvimento do G20; a reforma das instituições financeiras internacionais, demonstrando preocupação com o ritmo lento da reforma do FMI; e um sistema comercial multilateral, aberto, transparente e baseado em regras (MRE, 2013) (ROSA, 2014, p. 6).

De acordo com Rosa (2014, p. 6), “o BRICS busca mais representatividade nas instâncias multilaterais para os países em desenvolvimento”. Para a política externa brasileira é visível o interesse da normatização das relações internacionais como caminho para aquisição de maior poder, influência e segurança (ROSA, 2014). “Assim, em suas propostas está à necessidade de reforma dos mecanismos multilaterais para que não sejam favoráveis aos países desenvolvidos” (ROSA, 2014, p. 6). Essa posição se adequa a diplomacia brasileira que utiliza o multilateralismo para uma melhor inserção internacional (ROSA, 2014).

## **2.1 Diplomacia Multilateral**

A diplomacia do Estado-nação pode ser entendida como uma ferramenta de política externa para o estabelecimento e desenvolvimento dos contatos entre diferentes Estados ou governos, pelo emprego de intermediários, autorizados a representar o respectivo governo. A diplomacia multilateral ou diplomacia de conferência pode ser considerada como “uma forma de cooperação entre vários Estados para dar resposta a problemáticas específicas”. Kolodziej (1995) considera que ela teve sua origem prática no processo negocial da “Paz de Vestfália”, a qual deu origem, mais tarde, ao sistema de equilíbrio europeu. A partir da Paz de Vestfália, tem-se o reconhecimento da soberania dos Estados-Nação, por isso, para Kolodziej (1995), é considerada o marco da diplomacia moderna.

Em Vestfália, ocorre o processo de secularização das relações interestatais onde a noção de uma autoridade eclesiástica universal deu lugar a um sistema internacional baseado no reconhecimento da autonomia e independência dos Estados (KOLODZIEJ, 1995, p. 317). Após a derrota de Napoleão Bonaparte, os Estados europeus desejavam reforçar o sistema de equilíbrio de poderes, no sistema internacional. Para isso, reuniram-se no Congresso de Viena em 1815, para instituir a balança de poderes, um modo de restringir a hegemonia de um Estado. Para alcançar um sistema de equilíbrio de poderes foi criada uma forma de consulta entre as diversas potências europeias. E através da Santa Aliança, um sistema de segurança constituído pela Prússia, Rússia, Áustria, Grã-Bretanha e França, garantir-se-ia a estabilidade da ordem internacional, através da intervenção militar

em caso de tentativa de algum Estado de se tornar hegemônico. O concerto europeu perdurou até a implosão da primeira guerra mundial.

De acordo com Pires (2008, p. 1), “as Conferências de Haia de 1899 e 1907 sobre a solução pacífica de conflitos internacionais, prenunciam a instituição de uma série de mecanismos que viriam a ser consagrado no Direito Internacional Público”. Dentre estes instrumentos se encontram a mediação, conciliação ou arbitragem. Tais conferências marcam o último grande momento da diplomacia multilateral antes da I Guerra Mundial (PIRES, 2008). A II Conferência da Paz de Haia em 1907, teve participação expressiva do Brasil, com Rui Barbosa, que ficou conhecido como a Águia de Haia, por defender entre outros temas, a igualdade soberana das nações na Corte de Arbitragem internacional.

Tendo por base o postulado da igualdade, Rui apresenta proposta segundo a qual todas as nações possuam igual assento na corte de arbitragem, ficando ao livre-arbítrio de partes litigantes submeterem suas questões ao plenário do tribunal ou à apreciação de juízes por eles escolhidos (ZIMMERMANN, 2007, p. 27).

Dessa forma, o Brasil influenciou o estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), que seria elaborado em 1920. Ao final da Segunda Guerra Mundial a CPJI foi substituída pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) com jurisdição e organização similares (ZIMMERMANN, 2007). O princípio da igualdade entre os Estados prevaleceu nos estatutos, cada nação só tem direito a posto de juiz membro.

Em consonância com a tese da igualdade, a CIJ organiza-se como um corpo de juízes eleitos independentemente de suas nacionalidades, pela Assembléia-Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU, através de uma lista de nomes apresentados por grupos nacionais mediante a Corte Permanente de Arbitragem (ZIMMERMANN, 2007, p. 27).

Com o fim do concerto europeu e da Primeira Guerra Mundial, foram criadas novas estruturas multilaterais. Com o Tratado de Versalhes (junho de 1919) tem-se a criação da Liga das Nações baseada nos 14 Pontos de Woodrow Wilson, a qual o Brasil foi um dos membros fundadores, visando à paz e reorganização do sistema

internacional após a Primeira Guerra Mundial. Após a extinção da Liga das Nações, o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas em abril de 1946 da a qual o Brasil foi membro fundador, o país passa a buscar o assento no Conselho de Segurança da ONU.

Com o fim da Guerra Fria, houve uma diversificação dos temas da agenda internacional para além da preocupação com a segurança dos Estados. O processo de securitização de temas tornou-se mais acentuado e está sendo exigida uma resposta dos Estados e das organizações internacionais pela sociedade. A intensificação do processo de globalização, forçou os Estados a se adequarem a um processo de governança global, que encontra sua aplicação pela ferramenta do multilateralismo podendo ter diversas faces como a cooperação, integração econômica e regionalismo. A defesa do multilateralismo pelos países em desenvolvimento acompanha a história dos mesmos. No entanto, apesar de participarem de organizações internacionais, e apresentarem suas necessidades, dentro das próprias instituições existe a desigualdade de peso na aceitação das demandas expressadas pelas grandes potências e pelos países em desenvolvimento. Desse modo, as potências emergentes vêm se organizando, visando atuar com maior incidência a fim de obter um maior peso nessas organizações.

A diplomacia multilateral é uma tendência crescente das relações internacionais no início do século XXI, intensificada pelo processo de globalização. É uma ferramenta criada para os Estados poderem dialogar e cooperar sobre temas da agenda internacional e respaldar suas respostas a problemáticas, tornando-se um instrumento de *soft power*. Isso reflete na criação de diversos foros e coalizões. A diplomacia, no entanto, data de muito antes da criação do Estado-nação e passou a ser utilizada por este como uma ferramenta de comunicação, de relações mútuas, de negociação entre outros Estados-nação para realizar transações políticas a través do governo ou dos seus agentes autorizados tendo como objetivo o interesse nacional. Do ponto de vista teórico o multilateralismo pode ter sua raiz prática no processo da negociação da Paz de Verstfália, obtida sob o sistema de diplomacia coletiva, multilateral ou de conferência (PIRES, 2008, p. 1). Nesse sentido, o multilateralismo pode ser definido como relações entre três ou mais atores internacionais com o objetivo de promover a cooperação em diversas áreas

temáticas baseadas no compartilhamento de princípios de conduta entre os mesmos (SILVA e GONÇALVES, 2010). Todavia, as estruturas multilaterais existentes foram criadas principalmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, não refletem a nova realidade internacional do século XXI. O crescimento da diplomacia multilateral se reflete cada vez mais na criação de organizações internacionais e fóruns internacionais sobre diversos temas, na adoção de políticas de cooperação e na criação de novas agendas.

## **2.2 Origem e Evolução do Grupo BRICS**

O acrônimo BRIC foi criado em 2001, pelo estudo *Building Better Global Economic BRICs*, do economista da Goldman Sachs, Jim O'Neill. O estudo de Jim O'Neill fazia a análise da economia de quatro países emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China) pela importância do seu PIB e sua relevância na participação da economia mundial que deveria crescer ainda mais nos próximos anos. O BRIC era composto, até então, pela China, país com o maior crescimento mundial e população, pela Índia, com alto nível de crescimento econômico e segundo país mais populoso do mundo, o Brasil entre as dez maiores economias mundiais e líder regional e a Rússia também com maior território do mundo e que passava por processo de recuperação e tentativa de reafirmação da sua influência global e regional, conforme Andrew Hurrell (2009). A Rússia também possui importância em questões de energia e segurança dispendo de tecnologia nuclear, como também China e Índia. A partir de setembro de 2006, na 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o BRIC deixa de ser apenas um conceito para se tornar um mecanismo de articulação entre Brasil, Rússia, Índia e China durante uma reunião informal de chanceleres desses países organizada as margens dessa assembleia.

A ideia de BRIC, portanto, impulsionou em 2006, a realização de um fórum de diálogo entre Brasil, Rússia, Índia e China. O BRIC passou a ser um mecanismo incorporado à política externa do Brasil, Rússia, Índia, China e a partir de 2011, da África do Sul (Itamaraty, 2013). O que era para ser apenas um instrumento de análise de mercado e depois de marketing financeiro internacional acabou se

transformando em uma motivação para a realização de encontros entre esses países que buscam interesses convergentes para a adoção de uma agenda comum e o seu fortalecimento no cenário internacional.

Brasil e China vêm coordenando a frente sul-sul conjuntamente com Índia e África do Sul. A Rússia se posiciona nesse cenário como potência “reemergente” que busca o seu refortalecimento internacional coincidindo com os interesses dos demais BRICS. “A noção de potência emergente é dada em parte pela suposição de que o comportamento internacional dos países é determinado pelo seu lugar no sistema internacional” (MACFARLANE, 2013, p. 76). Dentre as particularidades que caracterizam as potências emergentes estão a liderança regional, a aspiração a um maior papel global e um posicionamento de contestação à potência hegemônica (MACFARLANE, 2009). As potências emergentes são diferenciadas por sua identidade dinâmica; sua posição se transforma conforme aumenta seu poder, e junto com ele, sua capacidade de moldar as relações internacionais (MACFARLANE, 2009, p. 76).

Os países que compõem o BRICS, atualmente, são responsáveis por grande parcela do PIB mundial, mais 16 trilhões de dólares em 2014, e ainda assim a maioria são países em desenvolvimento, com exceção da Rússia, por isso a formação de alianças estratégicas com os Estados emergentes é uma das principais táticas adotadas por estes países dentro de organizações internacionais para se protegerem econômico-politicamente da intervenção unilateral das grandes potências principalmente em questões comerciais. Dentre os diversos prismas pelos quais pode-se analisar o papel do Brasil e da China no BRICS adotaremos o enfoque da análise política. Apesar dos países do BRICS se destacarem em sua maioria por terem um grande PIB, outros fatores além do econômico são necessários para medir o poder de um país, considerando uma perspectiva baseada em Morgenthau (1948). Portanto neste trabalho serão utilizados elementos do *soft power* e *hard power*.

As diferenças históricas, culturais, sociais e econômicas dos países que compõem o BRICS são ressaltadas de forma negativa por uma parte dos analistas políticos que afirmam que o grupo BRICS não teria futuro (DAMICO, 2013). As diferenças, para esses autores, seriam um empecilho a uma institucionalização do

BRICS ou a realização de uma agenda própria. No entanto, observa-se uma vontade de ação conjunta e complementariedade das economias dos membros do BRICS. As dificuldades de coordenação entre os BRICS derivam, como em muitos grupos, das diferenças de interesse, de dimensão econômica e de caráter político ou cultural (DAMICO, 2013). Todavia elas não parecem constituir uma barreira para o BRICS. A coordenação das suas políticas internacionais, a adoção de uma agenda conjunta e o projeto criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS demonstraria o fortalecimento do grupo. A partir do reconhecimento da diversidade entre os países do BRICS é possível a criação de uma colaboração baseada em complementação.

O grupo BRICS, atualmente, é o principal apoio político para o Brasil dentro do G - 20 e FMI, para os posicionamentos do país ganharem mais peso. A primeira atuação coordenada do BRICS dentro do G - 20 e do FMI teve como propulsora a Rússia. A iniciativa de diálogo do BRICS teve como principais incentivadores Brasil e a Rússia. Em 2009, foi realizada a primeira cúpula do BRICS em Ecatemburgo, Rússia. A atuação coordenada do BRICS é uma alavancada em diversos temas estratégicos para esses países. Em assuntos de governança global como reformas de quotas do FMI, os países do BRICS atuam de forma conjunta fortalecendo os seus posicionamentos. O BRICS se tornou uma ferramenta de articulação da política externa desses Estados. No entanto, por haver uma diferença de pesos econômicos entre os países do agrupamento BRICS, deve-se ter um cuidado para não se reproduzir dentro do grupo o cerne estruturante da divisão internacional do trabalho atual. O peso econômico da China é desproporcional aos outros Estados do BRICS, resultando em uma dificuldade de coordenação de ação conjunta em casos específicos. Por ter o maior PIB do mundo a China prefere em alguns casos negociar separadamente com Estados Unidos e Europa. Brasil, Rússia, Índia e África do Sul atuam em conjunto para deter essa tendência chinesa.

O BRICS, apesar da criação de novos mecanismos de cooperação como o Banco de Desenvolvimento do BRICS e o Arranjo Contingente de Reservas, continua sendo um agrupamento informal. A medida que os encontros vão ocorrendo novas contendas vão sendo apontadas e novos meios são criados para a cooperação entre os Estados do agrupamento. Após a convocação da Reunião de Chanceleres do Brasil, Rússia, Índia e China, durante 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2006, os países do acrônimo BRICS se

organizaram para a cooperação, conforme o Itamaraty (2013). A partir dessa data, o BRIC, passou de sigla para análise de mercado criada por Jim O'Neill em 2001, para fórum de diálogo e agrupamento informal com atuação do sistema internacional. Em 2009, ocorreu a primeira cúpula do BRICS na Rússia, aprofundando o processo de institucionalização vertical. A África do Sul ingressa, então em 2011, dando uma marca maior a sigla que passa a se chamar BRICS.

A primeira reunião de chanceleres do BRIC, fora do âmbito das assembleias da ONU ocorreu na cidade de Ecatimburgo na Rússia em maio de 2008 e ficou acordado que em 2009 se reuniriam. Em junho de 2009, com a presença dos ministros das relações exteriores do Brasil, Índia, Rússia e China, reuniram-se na cidade de Ecatimburgo, Rússia, formando a 1ª Cúpula do BRIC. Entretanto o primeiro encontro informal do BRIC ocorreu em setembro de 2006 durante a 61ª Assembleia Geral da ONU (AGNU).

A Primeira Cúpula do BRIC, conforme Visentini (2013, p. 272) resultou em um comunicado que tratava da defesa do multilateralismo, do direito internacional para a promoção da paz, e da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU, Brasil e Índia defenderam o seu ingresso ao mesmo e pediram para tal o apoio dos demais países do BRICS. Durante a primeira Cúpula foi discutido, também, a necessidade de obter uma maior voz dos países do BRIC nas organizações internacionais. Devido sua importância econômica para a economia mundial, Brasil, Rússia, Índia e China desejam aumentar a sua voz em organizações financeiras e políticas internacionais para a proteção dos seus interesses. Almejam, também, o estabelecimento de um sistema financeiro multilateral mais equilibrado, estável, e abrangente, que reflita a atual posição dos países na economia mundial.

A segunda Cúpula do BRIC, realizada em abril de 2010, em Brasília, foi pautada em assuntos econômicos como a reestruturação do sistema financeiro atual:

Nesta cúpula, as discussões em torno de temas como a recuperação da economia mundial, a cooperação econômica, a maior participação do grupo nas decisões globais e a reforma das estruturas vigentes foram aprofundadas, inclusive, com a sugestão de se criarem instituições próprias do grupo. Também continuaram na pauta de debates assuntos como a

reforma do FMI e do Banco Mundial além da redistribuição dos direitos de voto destas instituições e a proposta de uma moeda de reserva alternativa ao dólar (VISENTINI, 2012, p. 274).

Um dos principais resultados da 2ª Cúpula do BRIC, conforme Visentini (2013, p. 274) foi o acordo memorando de cooperação entre os bancos de desenvolvimento do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, o qual constitui regras para a cooperação técnica nas áreas de atuação dos órgãos abrangidos: o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), do Brasil; o *Bank for Development and Foreign Economic Affairs (Vnesheconombank - VEB)*, da Rússia; o *China Development Bank (CDB)*, da China; e o *Export-Import Bank of India (India Exim Bank)*, da Índia. Ao final da Cúpula pode-se dizer, em síntese, que foi voltada para assuntos econômicos e de governança global. Um comunicado conjunto foi emitido por Brasil, Rússia, Índia e China o qual expunha que:

[...] as cúpulas do G20 financeiro eram importantes para o gerenciamento da crise financeira internacional e se comprometiam com o avanço das reformas das instituições financeiras internacionais, de modo que estas passassem a refletir as mudanças da economia mundial e a dar mais voz e representação para os países emergentes e em desenvolvimento (VISENTINI, 2013, p. 273).

Em 14 de abril de 2011, em Sanya na China, tem-se a entrada da África do Sul durante a III Cúpula, que conforme Gelson Fonseca Júnior (2013, p.24), “A África do Sul é ator estratégico em uma área crescentemente importante como produtora de *commodities*”. A entrada da África do Sul aos BRICS foi criticada por alguns, por esta não possuir as dimensões de PIB, território e população dos outros países do BRICS, porém ela representou a consolidação do grupo em instrumento político, conforme Conzendey (2012). Entre 2003 e 2007, o crescimento do Brasil, Rússia, Índia e China representou 65% da expansão do PIB mundial segundo dados do Itamaraty. Os BRICS são, portanto, conforme Andrew Hurrell (2009) países com capacidade de cooperar com a gestão da ordem internacional, em termos globais ou regionais.

A Terceira Cúpula do BRICS em 2011 teve resultados importantes além da entrada África do Sul. Um dos resultados foi a afirmação dos membros do BRICS na Declaração de Sanya, segundo a qual o BRICS considera o atual sistema de reserva de moedas não representativo. A partir dessa posição os países do BRICS anseiam por um sistema igualitário multilateral, no qual as vozes e representações das economias emergentes fossem melhor ouvidas (Elliott, 2011). Dentre as principais metas publicadas na Declaração de Sanya 2011 estão:

[...] a reforma do Fundo Monetário Internacional e do sistema monetário internacional, além da reforma das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, a expansão da cooperação econômico-comercial entre os membros, o aumento da cooperação nas esferas da ciência, tecnologia e inovação, entre outras (Visentini, 2013, p. 297).

O BRICS constitui um agrupamento informal e multilateral, que com o aumento dos encontros entre seus líderes, cria mecanismos institucionais. A dimensão estratégica do BRICS projetaria esta associação para fora, transformando em plataforma de coordenação de políticas, propostas e reivindicações para influenciar organizações multilaterais, principalmente na área econômica e financeira, além da cooperação em saúde, energia, segurança (FONSECA, 2011, p. 28). A Quarta Cúpula do BRICS foi realizada em 2012, em Nova Délhi, Índia e ressaltou temas econômicos e de segurança como o terrorismo e a questão energética. O tema foi “A Parceria dos BRICS para a Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade”. A Quinta Cúpula do BRICS ocorreu em Durban na África do Sul em março de 2013. Foram discutidos nesta cúpula temas como desenvolvimento, segurança e reforma de instituições de governança global. O tema do evento foi "BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização". Discutiu-se, também, o potencial da África do Sul e investimento em infraestrutura. Essa cúpula terminou com o apoio dos países do BRICS a África do Sul e foi proposto a criação de um banco de desenvolvimento para os países do BRICS.

A presidente Dilma, em discurso em Durban África do Sul- 2013 durante a Quinta Cúpula do BRICS, afirmou que o BRICS se consolida como uma grande força no cenário internacional. A contribuição global do BRICS é o financiamento do desenvolvimento. O comércio intra-BRICS que cresceu a soma de 944% nos últimos

dez anos, foi elevado de 27 bilhões de dólares para 283 bilhões de dólares em 2013. As potências emergentes tem tentado contrabalancear, pela via do comércio e por políticas voltadas ao desenvolvimento, os efeitos da crise econômica financeira internacional desencadeada em 2008. A contribuição do grupo BRICS para economia global é a de financiar o desenvolvimento. Nesse sentido, o arranjo contingente de reservas e o Banco do BRICS são mecanismos destinados a fortalecer a cooperação e a interação econômica financeira do BRICS. Existe, entre os membros do grupo, o compartilhamento das visões sobre os grandes desafios, que são comuns ligados ao desenvolvimento sustentável e a inclusão social, competitividade industrial e a segurança (ROUSSEFF, 2013). Nesse sentido dentre os desafios do BRICS está à implantação do desenvolvimento sustentável e ampliação da agenda de cooperação para as áreas de defesa.

No século XXI, há uma necessidade de atualizar as estruturas de governança global e torná-las mais legítimas e representativas do mundo atual. A aproximação cultural e iniciativas culturais também foram citadas como fator de fortalecimento do BRICS. Foi reforçada a dimensão da parceria estratégica do BRICS com a África em particular, investimentos em infraestrutura baseada na solidariedade e do respeito mútuo. Assim como a aproximação de governos, empresários e acadêmicos, foi formalizada durante V Cúpula do BRICS em Durban. Durante a Cúpula foi reforçada também a dimensão da parceria do BRICS com a África em particular e com a área da infraestrutura baseadas na solidariedade e no respeito mútuo. Passos importantes foram dados para o aprofundamento da cooperação do âmbito do BRICS. Brasil e China elevaram o nível de suas relações em 2012 de parceria estratégica para parceria estratégica global, mais alto nível de relações exteriores conforme uma visão chinesa. Esses países são chamados a desempenhar papéis relevantes para a estabilidade e paz internacional.

Atualmente, o BRICS caminha para a adoção de uma agenda comum. Ao longo dos encontros, os Estados do BRICS vão aumentando, segundo o Itamaraty (2013), o seu grau de institucionalização. O BRICS está trabalhando com diversas frentes de atuação. A mais desenvolvida, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2013), é a econômico-financeiro. Temas como segurança e energia também entram na agenda de discussão. Acordos de cooperação foram assinados e houve a abertura de curso de magistrados. Para o Itamaraty (2013) o

agrupamento abre espaço para diálogo, identificação de interesses comuns e entendimento sobre diversos temas além de buscar a cooperação entre os BRICS em determinados setores. Os Estados do BRICS, mesmo após a crise econômica de 2008 continuam crescendo mais que os países desenvolvidos e carregando a economia global, lembrando que não foram eles os causadores da crise. A crise de 2008 acelerou o processo de articulação do BRICS. De fato os países que compõem os BRICS foram os menos afetados pela crise econômica global. O BRICS vem ganhando cada vez mais influência com a criação de uma agenda em comum e conforme o aumento da frequência dos seus encontros se encaminha para uma institucionalização progressiva do grupo.

O Brasil como anfitrião da 6ª Cúpula do BRICS realizada em Fortaleza nos dias 15 e 16 de julho de 2014, deu continuidade ao processo de diálogo e cooperação, dentro do grupo BRICS, o que vem trazendo um ganho nas relações entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A cúpula enfatizou discussões sobre a inclusão social e desenvolvimento sustentável, a discussão foi orientada pelo tema “BRICS crescimento inclusivo, soluções sustentáveis”. Dentre os objetivos do agrupamento foi destacado o papel importante que os cinco países tem desempenhado visando à efetivação das metas do milênio, tendo como a principal o desenvolvimento, tanto em seus países quanto em outros seja por meio do próprio crescimento econômico ou por meio das políticas sociais inclusivas implantadas por seus governos (DAMICO, 2014). Foram discutidos também temas sobre a atualidade política, econômica, financeira, comercial internacional. Em Brasília, foi realizada uma reunião entre os representantes do BRICS e os presidentes sul-americanos, membros da UNASUL. O diálogo entre os líderes do BRICS com os países em desenvolvimento sul-americanos demonstra a prioridade concedida aos países em desenvolvimento na iniciativa do BRICS de cooperação com Estados que não fazem parte do agrupamento, como ocorreu também durante a cúpula anterior, realizada na África do Sul em 2013, na qual houve uma reunião entre os representantes do BRICS e os líderes africanos. O Brasil se insere nesse contexto como um incentivador e mediador das relações entre o BRICS e a América do Sul, e como líder sul-americano pode representar, em um contexto mais amplo, os interesses dos países da América do Sul, em temas de governança global.

A cúpula de Fortaleza inaugurou um novo ciclo do BRICS demonstrando a efetividade do mecanismo e seus avanços, dando continuidade às discussões do seu potencial de cooperação. Os líderes do BRICS têm se reunido anualmente desde 2009. Em Durban, na África do Sul, no ano passado, se encerrou o primeiro ciclo de cúpulas do BRICS. Nesse período, o diálogo entre os líderes do mecanismo foi ganhando profundidade e abrangência (DAMICO, 2013). Por um lado se consolidou o papel do BRICS como força positiva para a democratização das relações internacionais, para o aprimoramento das instituições de governança internacionais existentes (LIMA, 2014). Os países do BRICS têm também constituído entre eles, cooperação em diversas áreas cabendo destaque para o setor financeiro. O acordo assinado durante a Cúpula de Fortaleza deu início formal ao Banco do BRICS que terá um capital subscrito de 50 bilhões de dólares para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no BRICS e em outros países em desenvolvimento. Ele atuará em complementariedade com bancos de desenvolvimento inter-regionais, como o BID e o BM, pois diferencia-se desse último em aspectos políticos por ser um banco de projetos. A necessidade de projetos em infraestrutura é grande, tanto no Brasil quanto em outros países em desenvolvimento, existem recursos nos outros bancos mundiais, mas há uma dificuldade em canalizar esses recursos para projetos de desenvolvimento. Desse modo, o Banco do BRICS atuará fazendo o papel de intermediário entre os recursos e os países que necessitam de ajuda financeira, complementando os outros bancos existentes. As contas do banco serão feitas em dólar, a moeda mais utilizada internacionalmente, entretanto poderá também operar com moedas locais, ou seja, se o projeto financiado pelo Banco do BRICS é no Brasil poderá emprestar em reais desde que o banco faça captações também nessa moeda ou tenha como cobrir esses valores (DAMICO, 2014).

Foi assinado, também, o tratado de criação do chamado Arranjo Contingente de Reservas (CRA - *Contingent Reserve Arrangement*). O montante inicial será de 100 bilhões de dólares devendo constituir uma linha de defesa adicional aos países do BRICS em caso de problemas no balanço de pagamentos. O principal resultado da cúpula de Fortaleza foi a assinatura dos acordos que criaram o Banco de Desenvolvimento do BRICS e o Arranjo Contingente de Reservas fruto das negociações dos ministros das fazendas e finanças dos países do BRICS e suas

respectivas equipes técnicas. A concretização dessas iniciativas constitui segundo Lima (2014) uma mensagem sobre a disposição dos países membros em consolidar e aprofundar seu papel internacional no aspecto econômico e financeiro. O BRICS reúne parceiros estratégicos, países com liderança regional e crescente participação na economia global. O baixo grau de institucionalização do BRICS permite que estejam sempre discutindo formatos de formalização institucional do agrupamento, que estão em constante modificação. A primeira parte das reuniões que foi realizada em Fortaleza no dia 15 de julho de 2014, incluiu o encontro do BRICS com a UNASUL, Cuba, Costa Rica e México. Após o encerramento da Cúpula do BRICS, foi realizada uma visita do chefe de Estado da República Popular da China, Xi Jinping, no dia 17 de julho em Brasília. A visita de Estado incluiu o encontro com Costa Rica, Cuba, Equador e Antígua e Barbuda, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Tanto o Banco do BRICS quanto o CRA são instituições espelhos as criadas em Bretton Woods, apenas no que diz respeito às necessidades atendidas pelo Banco Mundial e o BIRD. No entanto, não tem a pretensão de constituir alternativas a essas instituições, mas sim atender a uma demanda não suprida por estas. O Banco do BRICS deve atuar com uma parte específica do mercado, infraestrutura e desenvolvimento sustentável e o arranjo contingente de reservas é um experimento semelhante ao fundo Chiang Mai na Ásia, uma indicação de confiança dos membros do BRICS liberando o Fundo Monetário Internacional para atender outras regiões mais necessitadas de assistência em crise de balanço de pagamentos (LIMA, 2014). O CRA contará com 100 bilhões de dólares para auxiliar integrantes do BRICS no balanço de pagamentos. A China deverá entrar com 41 bilhões de dólares, o Brasil, a Rússia e a Índia com 18 bilhões de dólares cada e a África do Sul com 5 bilhões de dólares.

O BRICS ainda não tem um instrumento de adesão de outros membros. Dentre as características comuns do BRICS, podem ser citadas economias fortes, defesa do multilateralismo seja político ou econômico e pretendem dar uma contribuição decisiva para que isso aconteça através da participação do G-20, através de arranjos que possam demonstrar a sua contribuição como países emergentes. A sexta Cúpula de Fortaleza foi uma oportunidade de fazer um levantamento do que foi alcançado e realizado, e do que tinha sido proposto.

Procurou projetar o futuro, a partir da situação em que os membros do agrupamento BRICS se encontram atualmente. Os Estados do BRICS possuem um comprometimento em fortalecer o multilateralismo seja este político ou econômico e pretendem dar uma contribuição para que isso aconteça, através da participação do G-20, e de coalizões que possam indicar a sua presença como países emergentes e como fator para a contribuição da paz e segurança internacionais. O foco da cooperação durante a Cúpula de Fortaleza esteve na parte econômico-financeira pela criação das duas instituições de caráter financeiro e pelo próprio tema da Cúpula que foi direcionado para o crescimento inclusivo e soluções sustentáveis, a ideia de como esses países tem trabalhado e o que têm realizado nessa direção. No caso específico do Brasil foi discutida a necessidade de um crescimento com mais inclusão social, melhor distribuição da renda, e de maneira a corresponder às expectativas de sustentabilidade que vão se criando na nossa sociedade.

O BRICS é intrigante por se espelhar em mecanismos já existentes ao mesmo tempo em que já nasce com modificações. Ele intriga os países que não se acostumaram ainda com uma associação, agrupamento que tem similaridades e tem ao mesmo tempo diferenças que pode contribuir para ideais que são benéficos e do interesse da comunidade internacional com um todo. (GRAÇA LIMA, 2013).

A ideia do banco é de financiar projetos de infraestrutura, projetos de desenvolvimento sustentável, não só nos países do BRICS, mas com países fora do BRICS, países em desenvolvimento que tem essa necessidade e que podem encontrar dificuldades para a obtenção desses recursos para esses projetos pelo Banco Mundial, por exemplo. Nesse sentido os países do agrupamento vão poder participar desses projetos de infraestrutura fornecendo os produtos, as empresas vão participar das licitações, portanto, há oportunidade de desenvolvimento comercial, embora não seja o objetivo do banco financiar compra (LIMA, 2014). Os países do grupo BRICS têm aumentado a sua participação na economia mundial, aumentando desse modo, a sua presença global. Portanto, o Banco do BRICS é um projeto que coaduna com o desenvolvimento desses países no cenário internacional e fortalece a cooperação econômico-financeira do agrupamento, além de poder significar uma possível prévia da institucionalização do BRICS. Dentre os países

estavam disputando a sede do banco estavam: China (Pequim ou Xangai), Índia (Nova Délhi), África do Sul, (Joanesburgo) e Rússia (Moscou). O Brasil não entrou na disputa para sediar o Banco que foi criado pela assinatura do acordo em 16 de julho de 2014 durante a Cúpula. Xangai foi escolhida para ser a sede e o primeiro presidente do banco será indiano. O funcionamento do banco depende da aprovação dos parlamentos de cada país, por ser um tratado internacional. Uma vez feita à ratificação os países terão que fazer uma capitalização nas suas contribuições ao banco para se começar a implantar sede física em Xangai, China. Inicialmente o Banco do BRICS será composto por um conselho de ministros, conselho de administração e conselho de países e por uma gerência, a cadeira da presidência do banco irá ser rotativa entre os países do BRICS a cada cinco anos. Uma das diferenças entre o novo banco e outras instituições financeiras internacionais existentes consiste no poder de voto que será igual entre todos os membros do banco do BRICS, diferenciando do peso de decisão por cota de contribuição, como no FMI.

O banco será aberto a novos membros, mas a ideia é, primeiramente, a sua consolidação. Irão esperar a candidatura de membros de países em desenvolvimento e de países desenvolvidos também. Inicialmente, somente membros poderão adquirir empréstimos, mas há possibilidade de países não membros também adquirirem financiamento, a discussão ainda não foi encerrada. O banco terá o arranjo de conselho ministerial e um arranjo mais técnico. O auxílio será o dinheiro da reserva dos países. Segundo o embaixador Alfredo Graça Lima (2014) o Banco terá o capital inicial de 50 bilhões de dólares, sendo 10 bilhões de dólares em recursos e 40 bilhões de dólares em garantias.

Os países do BRICS tem manifestado sua reiterada preocupação com o atraso da aprovação da reforma de cotas do FMI por parte do congresso norte-americano. Existe um esforço por parte dos países do BRICS durante as reuniões do G-20 e também para que a reforma de cotas no FMI seja aprovada. A economia mundial ainda está sob impacto da crise financeira de 2008 que teve desdobramentos negativos para a economia dos países emergentes. De modo que agora pode-se vislumbrar um pouco de saída pelo fato de, por exemplo, os EUA estarem voltando a crescer, mas não de uma maneira perfeitamente equilibrada (DAMICO, 2014). A tentativa, de um crescimento sustentável no Brasil, tem sido feita

no sentido de resgatar um déficit social antigo no Brasil. A maneira que o Brasil é visto pelos demais quatro países do BRICS, demonstra o papel a ser desempenhado nesse sentido. O país pode não estar crescendo a taxas muito altas, mas é o principal país do BRICS em que o agronegócio e o setor energético têm um potencial enorme (ALFREDO GRAÇA LIMA, 2014). Segundo Lima (2014), crescimento e inclusão social são responsabilidades de Estados emergentes que apesar das dificuldades no cenário internacional estão fazendo esforço nesse sentido.

Os bancos multilaterais existentes não conseguem suprir a necessidade de empréstimos para projetos em infraestrutura. No caso do Banco Mundial foi feita uma capitalização, na época da crise, mas desde então os países desenvolvidos, que controlam o banco, explicitaram, que irão demorar a fazer outra capitalização (LIMA, 2014). Então a capacidade de aumentar empréstimos no Banco Mundial está atingindo certo limite no caso de países subdesenvolvidos, pois, o BM estabelece um limite de empréstimos por país para não concentrar os empréstimos. O Brasil e os outros países dos BRICS já estão quase atingindo esse limite conforme o embaixador Alfredo Graça Lima (2014). O Banco do BRICS surge, nesse contexto, como uma complementação ao Banco Mundial, mas também como concorrente e mais do que financiar projetos de infraestrutura ele representa uma evolução para os países em desenvolvimento, no sentido de romper o ciclo de queda no nível de crescimento econômico, aumento da dívida externa, e principalmente prejuízo ocasionado, em parte, por medidas liberalizantes impostas pelo FMI adotadas por vários países que tomaram empréstimo desta instituição.

### 3. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2006-2014) E O BRICS

No âmbito do período do pós- Guerra Fria pode-se dizer que Buzan e Waever (2003) dividem os atores internacionais em três grupos: superpotência, grande potência e potência regional. Segundo Buzan e Waever (2003), os Estados que detêm poder militar e econômico e capacidade de influenciar outros Estados e de securitizar temas (securitização), são considerados superpotências. Securitização é entendido aqui como a capacidade de transformar determinados temas em questões de segurança, conforme Buzan, Waever e Wilde (1991). Dessa forma, o Estado que seria classificado como a superpotência do pós - Guerra Fria seria os Estados Unidos. No entanto, verifica-se atualmente uma transformação do cenário internacional, os países emergentes, principalmente a China vem defendendo o multilateralismo em suas relações exteriores. Esse multilateralismo é diferente do implantado por Bretton Woods, o qual obedecia uma ordem internacional liderada pelos Estados Unidos. O multilateralismo para este país seria uma construção do sistema econômico de Bretton Woods, um projeto político a ser promovido por uma institucionalização ou “preferência de um padrão de ação coletiva em detrimento de soluções individuais” (MELLO, 2010, p. 8), um instrumento da sua política externa. Entretanto o multilateralismo emergente é baseado na cooperação entre os países em desenvolvimento, como uma forma de proteção a antigas estruturas que permitem a interferência e a primazia das decisões de países desenvolvidos em diversas questões.

Os países emergentes tem uma preferência pelo multilateralismo, pois desejam por meio deste ampliar seu comércio “por terem um poder de negociação limitado no comércio internacional” (MELLO, 2011, p.12). Anseiam também se proteger em termos econômicos, políticos e de segurança da intervenção dos países desenvolvidos. Nesse sentido, Mello (2011) assinala que as potências emergentes defendem um sistema multilateral, com regras que possam evitar a interferência unilateral das potências desenvolvidas em assuntos prioritários. Segundo o prisma de Buzan, Waever e Wilde (1991), grandes potências são Estados com um grande poder econômico, político e militar que tem condições de se tornarem superpotências em um curto prazo. Nessa condição dentre os países do BRICS encontram-se a China e a Rússia, a última já tendo sido uma superpotência antes da

fragmentação da URSS. Potências regionais são aquelas que definem as prioridades ligadas à segurança nacional de suas regiões (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1991). Pode-se classificar a maioria dos países do BRICS também como potências regionais por possuírem autonomia regional e capacidade de influenciar outros Estados nas suas respectivas regiões.

Conforme Visentini (2013, p. 9) “o conceito de potência foi formalizado no Congresso de Viena, em 1815, para definir os atores com protagonismo no sistema de equilíbrio europeu”. Nos anos 90 tem-se a criação pelas consultorias de investimento do termo mercados emergentes que designava as grandes nações em desenvolvimento. A partir de 2001 tem-se uma difusão do termo potência emergente pela criação do acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Jim O’Neill, economista da Goldman Sachs criou a sigla BRIC para designar um grupo de países com crescente importância econômica e que seu PIB não tardou em ultrapassar o dos países desenvolvidos. Esses Estados são caracterizados pelo tamanho do território, PIB e população além de serem potências regionais e possuírem um projeto nacional consistente. O marketing financeiro ganhou dimensão política com a crise de 2008 e o ingresso da África do Sul (acrescentando um s ao BRIC) em 2011 durante a 3ª Cúpula do BRICS, realizada em Sanya, China.

A crise de 2008 foi um fator impulsionador das reuniões dos países do BRICS. Esses Estados passaram a discutir a reforma das organizações internacionais como as reformas das quotas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os membros do BRICS queriam uma forma de se proteger dos efeitos negativos da crise de 2008 gerada por Estados Unidos e Europa. Para isso, desejavam uma maior voz ativa nas organizações multilaterais. Entretanto a estrutura das instituições internacionais não representava a conjuntura da época. Os fóruns do BRICS nascem como um movimento de não alinhamento a potência hegemônica, evitando a cooptação desta e dos países desenvolvidos em assuntos estratégicos. O agrupamento BRICS ganha forma pela criação de um espaço para diálogo das potências emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul sobre temas da governança global com destaque para econômico-financeiro.

As crises do capitalismo são cíclicas ou estruturais elas ocorrem quando um regime de acumulação deve ser substituído. “As crises cíclicas se referem aos

ajustes periódicos e necessários no processo de acumulação e revelam a tendência recorrente do capitalismo de desestabilizar suas próprias condições de acumulação” (CASSIOLATO e LASTRES, 2014, p. 3). A crise do sistema financeiro que iniciou na segunda metade de 2007, teve um grande impacto na economia mundial, abrindo espaço para um diálogo para reconfiguração do sistema mundial. Há uma demanda por parte dos países em desenvolvimento de uma ordem mundial que represente o contexto atual. Os países emergentes almejam alcançar uma voz maior no cenário internacional. O ponto de convergência entre os países do BRICS que resultou no sucesso dos emergentes deve-se a uma combinação de políticas nacionais estratégicas e de uma configuração favorável da economia mundial (BOYER, 2008).

O presidente Lula da Silva, ao fim da Cúpula do G-20 financeiro sobre Economia Mundial e Mercados Financeiros, realizada em Washington em novembro de 2008, concluía: “o dado concreto é que, pela força política, pela representação dos países que foram inseridos no G-20, eu penso que não tem mais nenhuma lógica tomar decisões sobre economia, sobre política, sem levar em conta esse fórum de hoje” (Gazeta Mercantil, 17/11/2008). A parcial substituição do G-8 pelo G-20 como foro privilegiado de interlocução dos líderes mundiais simboliza uma mudança significativa da configuração dos arranjos – mesmo que informais – da governança internacional. (VIGEVANI e JÚNIOR, 2011, p. 3 - 4).

Com a crise de 2008, foram abertos debates para discutir o neoliberalismo e a convicção dos mercados autorregulados. A crise financeira de 2008 foi fruto de uma desregulamentação do setor financeiro baseado em uma lógica neoliberal. Essa crise segundo Wolf (2009) foi caracterizada por privatizar ganhos e socializar perdas. Frederico Mazuchelli (2008) demonstra em seu artigo que as consequências geradas pela crise de 2008 como a desvalorização de ativos financeiros poderiam ter trazido consequências mais graves que a crise de 1929. No entanto, a intervenção estatal ampla e imediata no período de 2007 e 2008 não permitiu que as sequelas geradas pela maior recessão econômica do século XXI fossem mais graves do que as da Grande Depressão (MAZUCHELLI, 2008). Partindo da lógica keynesiana a intervenção Estatal em tempos de crise como a de 2008 permitiu um cenário com mais expectativas de recuperação do que o não intervencionismo do Estado na economia no imediato da crise de 1929 (MAZUCHELLI, 2008).

Segundo uma análise de Mazuchelli (2008), o Estado, após a Grande Depressão, assumiu a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela liquidez do sistema, pela garantia integral do depósito e pelo aprofundamento

da contratação do crédito. Todavia, entre 1970 e 1980, o aparato regulatório da Golden Age dos Estados Unidos foi desmantelado em favor das finanças regidas pelo mercado (MAZUCHELLI, 2008). A desregulamentação do sistema financeiro dos países desenvolvidos em favor do neoliberalismo permitiu novamente outra crise do capitalismo global. “O peso do setor financeiro na economia cresce rapidamente; e em meados da presente década o setor financeiro já era responsável por um terço do total dos lucros corporativos nos EUA” (KRUGMAN, 2009).

“Esta liberalização do setor financeiro adquire contornos globais e o descolamento progressivo das finanças com relação ao lado real da economia levou o capitalismo a uma sucessão de crises”<sup>3</sup> (CGEE, 2014, p. 4). É necessário estabelecimento de padrões mais consistentes para o funcionamento do sistema financeiro internacional como medida de segurança para a estabilidade do mesmo. Conforme Mazuchelli (2008) é imprescindível regular, principalmente, os bancos de investimentos, fundos de investimento, seguradoras e redefinir suas relações com os bancos comerciais para uma estabilidade mínima da economia capitalista. Mazuchelli (2008) incentiva, também, uma ação coordenada em tempos de crises e a uma maior regulamentação das finanças públicas e privadas para mitigar a crise.

A crise de 2008 foi gerada por diversos fatores dentre eles, pela não regulamentação do mercado, expansão do crédito *subprime* e ativos relacionados a essas hipotecas de alto risco (MAZUCHELLI). “A dívida total nos Estados Unidos começou a crescer rapidamente, alcançando aproximadamente a mesma proporção do PIB daquela de 1929”<sup>4</sup> (CGEE, 2014, p. 4). Mazuchelli (2008) aponta que na crise de 2008 a intervenção do Estado no mercado evitou consequências piores do que os resultados negativos gerados durante a crise de 1929. A crise financeira de 2008 é resultado da crise estrutural de um modelo que não está baseado na produção e no emprego.

“Associada ao desencadeamento da crise financeira atual, existe uma crise estrutural em curso que emerge nos anos 1970 e que resulta do

---

<sup>3</sup> Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Livro *Ciência sem Fronteira*, em elaboração, a ser editado pela editora UFRJ, em 2014.

<sup>4</sup> Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Livro *Ciência sem Fronteira*, em elaboração, a ser editado pela editora UFRJ, em 2014.

esgotamento de um arranjo institucional alcançado pelo capitalismo a partir do final da segunda guerra mundial”<sup>5</sup> (CGEE, 2014, p.4).

O fortalecimento dos países emergentes em aspectos econômicos e políticos, o enfraquecimento do *soft power* norte-americano, a crise internacional do setor financeiro que teve como papel principal os Estados Unidos e os países desenvolvidos, proporcionaram um espaço para a redefinição de posições no equilíbrio mundial. Dessa forma, o multilateralismo ganha espaço para que outros Estados tenham uma participação mais ativa em temas multilaterais principalmente econômico-financeiros.

O comportamento brasileiro frente à crise financeira e econômica de 2008 demonstra que a ênfase na busca de um sistema mundial multipolar e do fim do unilateralismo se apoia na percepção de que a maximização de capacidades do país ocorre pela participação em diversos foros, políticos e econômicos, regionais e multilaterais. (VIGEVANI e JÚNIOR, 2011, p. 3).

A lógica da política externa do governo Lula (2003 – 2010) da autonomia pela diversificação parece ter uma continuidade inicial durante o governo da presidente Dilma (2011 - 2014), no entanto, houve um retrocesso. Continuidade, no aspecto do discurso de objetivos comuns da sua política externa ligados ao governo anterior como aos da cooperação sul-sul e com os países emergentes. Retrocesso no que diz respeito à diminuição do diálogo com os países do Oriente-Médio e a atuação do Brasil como um negociador na resolução de conflitos internacionais. A abrangência do discurso da presidente Dilma no que concerne a defesa dos direitos humanos historicamente relacionados a um *soft power* estadunidense, parece uma retomada do alinhamento ou do diálogo estratégico com a potência.

A presença do Brasil em fóruns multilaterais é característica marcante da política externa brasileira ao longo do século XX. O Brasil foi um dos primeiros membros da extinta Liga das Nações, que teve sua criação em 1919, baseada nos Quatorze Pontos de Woodrow Wilson.

O “multilateralismo expressa a preferência por um padrão de interação coletiva nas suas diversas dimensões, seja, como método de negociação, de ação

---

<sup>5</sup> Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Livro *Ciência sem Fronteira*, em elaboração, a ser editado pela editora UFRJ, em 2014.

ou de regulação, ao invés de priorizar ações unilaterais ou bilaterais” (VIGEVANI e JÚNIOR, ANO, p.2). O multilateralismo então refere-se à preferência por um padrão de ação coletiva detrimento da individual. O multilateralismo pode ser definido como a coordenação de entre três ou mais Estados com um conjunto de princípios (HERZ, 2004, p.19).

Três conceitos definem a prática do multilateralismo segundo John Ruggie. Princípios norteiam a coordenação entre os Estados, como o princípio da não discriminação ou nação mais favorecida, o qual governa o regime de comércio multilateral. O conceito de indivisibilidade indica que os princípios ancorados são aplicados a todos os Estados envolvidos. Finalmente, o conceito de reciprocidade difusa, mais amplo e abstrato do que a idéia de troca mútua, marca a arquitetura das relações internacionais (HERZ, p. 19, 2004).

O Brasil, como também outras potências emergentes tem interesse no multilateralismo como meio de aumentar a sua capacidade de negociação e prevenir a arbitrariedade das grandes potências. Contribuir para o crescimento econômico do país também é um dos objetivos da política externa brasileira que historicamente, utiliza os conceitos de autonomia e universalismo (VIGEVANI E RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Autonomia e universalismo “implicam na necessidade do país estar livre para agir no cenário externo, sem fortes condicionamentos” (VIGEVANI E RAMANZINI JÚNIOR, 2009, p. 3). Isso se aplica nas relações exteriores do Brasil, seja com países em desenvolvimento ou desenvolvidos, e no processo de integração regional. “O conceito de autonomia se liga a busca de manutenção ou aumento das margens de manobra do país no sistema internacional” (VIGEVANI E RAMANZINI JÚNIOR, 2009, p. 3). E a noção de universalismo “está ancorada na percepção de ampliação da liberdade diplomática, que encontra origens no estabelecimento relações pacíficas e instrumentalizáveis com países situados em todos os continentes” (LAFER, 1998, p. 31).

Mudanças ocorridas no sistema internacional influenciaram a política externa brasileira na primeira década do século XXI, segundo Vigevani e Ramanzini Júnior (2009):

Cabe destacar: 1) o processo de intensificação do unilateralismo norte-americano, especialmente durante os governos de W. Bush (2001-2008); 2) o impacto da ascensão da China; 3) a valorização das commodities

agrícolas a partir de 2003; 4) a reestruturação dos eixos de desenvolvimento mundial, em particular o papel de Índia, Rússia e África do Sul; 5) o crescimento dos fluxos de comércio para países que até 1990 não eram relevantes para o Brasil; 6) o papel atribuído pelo Brasil às negociações econômicas multilaterais, evidenciado pela participação ativa do país no G-20 financeiro (VIGEVANI, RAMANZINI JÚNIOR, 2009, p. 3-4).

O crescimento econômico dos países emergentes e a crise financeira de 2008 possibilitou uma abertura para a reestruturação da hierarquia mundial, no que diz respeito a aspectos econômico-financeiros. Os países do grupo BRICS historicamente não centrais, reforçaram a tentativa de alcançar um papel mais ativo nas instituições multilaterais.

A reestruturação do poder mundial nos anos 2000, tendo como fator dinâmico países tradicionalmente não centrais, como o demonstra o papel de Índia, Rússia, África do Sul, sobretudo da China, bem como as relativas mudanças na distribuição do comércio exterior brasileiro, foram acontecimentos que contribuíram para dar sustentação à busca de um papel internacional mais assertivo (VIGEVANI E RAMANZINI JÚNIOR, 2009, p. 69 apud KUPCHAN, 2002).

O Brasil historicamente é ativo em fóruns multilaterais e utilizou-se da adesão a normas internacionais e da defesa da importância das mesmas na regulação das relações comerciais com o objetivo de diminuir o hiato de poder econômico e militar entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. A partir dessa prerrogativa a valorização do agrupamento BRICS está de acordo com a política externa brasileira de dar credibilidade aos organismos multilaterais e de almejar reformas que reflitam a atual situação do sistema internacional levando em consideração a atual posição financeira- econômica dos países emergentes. Desse modo o BRICS é utilizado como instrumento de *soft power* da diplomacia brasileira. “O BRICS possibilitaria certa inserção internacional e contribuiria para sua diplomacia de bases multilaterais” (ROSA, 2014, p. 7). As mudanças advindas do fim da bipolaridade no sistema internacional, provocaram uma nova dinâmica entre os países (ROSA, 2014). Destaca-se a busca pelo Brasil pela diversificação de seus parceiros comerciais, voltando-se para a América Latina e o eixo Sul-Sul (ROSA, 2014).

Segundo Cerro (2012, p. 530), “o Brasil evolui no século XXI no sentido de tornar-se globalista” e o globalismo brasileiro é caracterizado por dois traços

essenciais: o multilateralismo da reciprocidade e a internacionalização econômica (CERVO, 2012).

“O conceito envolve dois pressupostos: a existência de regras para compor o ordenamento internacional, sem as quais irá prevalecer a disparidade de poder entre as potências; e a elaboração conjunta dessas regras, de modo a garantir a reciprocidade de efeitos para que não realizem um em detrimento de outros” (CERVO, 2012, p. 531).

O Estado logístico foi consolidado durante o governo Lula, conforme Cervo (2012). “Logístico porque recupera o planejamento estratégico do desenvolvimento e exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais, aos quais repassa responsabilidades e poder” (CERVO, p. 529, 2012). O Estado logístico não se reduz somente a prestar serviço como na época do desenvolvimentismo nem a submeter-se as ações unilaterais da potência hegemônica e ao mercado, como na época do neoliberalismo (CERVO, 2012).

Nisso consiste o avanço de qualidade do modelo brasileiro de inserção internacional na virada do milênio: o papel de intermediário entre os segmentos sociais e sua ação externa exercida pelo Estado, como amálgama superior do interesse nacional, a equalizar objetivos de produtores e consumidores, empresários e assalariados (CERVO, 2012, p. 526).

O conceito de multilateralismo da reciprocidade foi elaborado a partir de uma percepção comercial e de segurança (CERVO, 2012, p. 531). O multilateralismo da reciprocidade elimina a teoria da estabilidade hegemônica e a do vínculo necessário entre política exterior e regime político (CERVO, 2012, p. 532). Já que a hegemonia não gera ordem, a ação unilateral da potência do pós Guerra Fria não trouxe estabilidade ao sistema internacional, somente o multilateralismo seria a ordem ideal. (CERVO, 2014, p. 532). Cervo (2012, p. 532) também constata que o regime político não exibe vínculo necessário com a paz o desenvolvimento, a justiça e o bem-estar da humanidade. Nesse sentido compreende-se a postura da política externa brasileira no século XXI em não alinhar-se aos interesses da potência hegemônica, buscar a ampliação da sua voz em instituições multilaterais e procurar

diversificar seus parceiros comerciais e políticos, principalmente com as potências emergentes. Procurando outro modo de racionamento, uma relação sul-sul (entre países em desenvolvimento) que levem ao seu desenvolvimento.

O Brasil evolui no século XXI no sentido de tornar-se globalista (CERVO, 2014, p. 530). “A aliança com os países emergentes com aspirações semelhantes fortalece a posição do Brasil em organismos de cunho global tais como a ONU e OMC” (ROSA, 2014, p. 11). Os emergentes se propõem democratizar a ordem da globalização em vez de dar atenção ao intento norte-americano de exportar sua própria democracia (CERVO, 2012, p. 527).

O propósito de democratizar a globalização e distribuir os benefícios da ordem internacional requisita o reforço do Estado como negociador e o sustento logístico dos interesses nacionais e alianças com países emergentes de idênticos objetivos (CERVO, 2012, p. 528).

Como um dos membros fundadores dos órgãos multilaterais ONU, do GATT-OMC, voltados para o comércio e a segurança, a política externa brasileira manteve a conduta de defesa de soluções pacíficas e negociadoras de controvérsias e promoção dos interesses entre os países desenvolvidos e periféricos, por meio do sistema de comércio internacional (CERVO, 2012, p. 531). No entanto, o multilateralismo nesses organismos não se orientou por esses princípios ao longo do tempo. Dessa forma, segundo Cervo (2012), o Conselho de Segurança das Nações Unidas precisa ser reformado para dar mais representatividade aos países em desenvolvimento, precisa de instrumentos para manter a paz e a OMC de equilíbrio decisório para beneficiar os seus países-membros. (CERVO, 2012, p. 531). Em 2003 foi criado o G-20 pelos países em desenvolvimento e industrializados, a partir da rodada da OMC em Cancún, na qual EUA e Europa tentavam impor um acordo comercial injusto aos países em desenvolvimento, relacionado principalmente aos subsídios agrícolas e abertura do mercado. Com o G-20 a política externa brasileira teve mais um reforço de poder com que requisitar a reciprocidade nas relações internacionais, o BRICS foi criado para reforçar ainda mais esse poder para se alcançar a reciprocidade nas relações internacionais.

O multilateralismo da reciprocidade da política externa brasileira está presente em vários planos do âmbito internacional como economia, comércio, saúde, a reciprocidade se estabelece quando as regras do ordenamento multilateral beneficiam a todos (CERVO, p. 531, 2012). Assemelhando-se assim a um dos pontos da política externa brasileira de igualdade em suas relações e benefício mútuo.

A formação de blocos regionais e fóruns como o BRICS e o IBAS não diminuem a busca brasileira pelo multilateralismo de cunho universal. Pelo contrário, aliança com os países emergentes com interesses e posições semelhantes fortalece a voz do Brasil em organizações internacionais como a ONU, OMC (ROSA, 2014). O fato de o Brasil fazer parte do BRICS está relacionado a sua identificação como potência emergente em decorrência do nível de crescimento econômico no começo do século XXI. Em 2003 pode-se observar um superávit na balança comercial brasileira devido a uma alta no preço das *comodities* que o país exporta (CERVO, p.536, 2012). Em 2007, a exportação brasileira de produtos manufaturados superava a exportação de *comodities*, com um saldo de 52,3% (CERVO, p. 537, 2012).

O fato do Brasil fazer parte do BRICS está relacionado ao seu reconhecimento como potência emergente. O recurso econômico de *hard power* não é forte como o necessário, poder-se-ia dizer que as suas aspirações de *soft power* são maiores do que sua capacidade econômica (ROSA, 2014, p. 11).

Podemos dizer que o Brasil busca o fortalecimento do papel dos grandes países emergentes, na perspectiva de um reconhecimento institucional formal, com benefícios gerais, mas fortalecendo a sua própria posição, portanto busca um jogo de soma positiva, com vantagens relativas em seu próprio favor (PINHEIRO, 2004). Isso explica a reiteração do esforço pela mudança da estrutura do Conselho de Segurança da ONU, pela alteração da distribuição das cotas de capital no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, assim como o crescimento do perfil da intervenção política. (VIGEVANI e JÚNIOR, 2011, p. 3 – 4).

O aumento do preço das *comodities* e a exportação para a China permitiu ao Brasil sentir menos o efeito da crise de 2008 do que dos países desenvolvidos. Os governos Lula e Dilma foram marcados também pela expansão do mercado doméstico. A estratégia internacional ideal para um país, conforme Joseph Nye seria

unir o *soft power* com o *hard power*, seria chamado assim de *smart power* (ROSA, 2014, p. 11).

O melhor cenário, para uma inserção internacional sustentável no sistema internacional, seria aquele de um fortalecimento da economia brasileira para que seu *hard power* econômico agisse à altura de seu *soft power* diplomático (ROSA, 2014, p. 11-12). O *soft power* brasileiro é maior que a sua capacidade militar e econômica de *soft power* (ROSA, 2014). Conforme Rosa (2014, p.12) a retórica diplomática brasileira possibilita que a utilização do *soft power* seja a principal forma de influenciar a estrutura internacional ao seu favor. Segundo Gelson Fonseca Jr. (FONSECA, 2011, p. 394), um multilateralismo forte é a melhor maneira para um país como o Brasil, tido como uma potência média influenciar as questões globais.

A multipolaridade benigna anunciada em 2011, por Antonio Patriota<sup>6</sup>, ex-ministro das Relações Exteriores do governo Dilma direcionou a política externa brasileira do período. A partir do reconhecimento de uma estrutura multipolar de poder, a multipolaridade benigna deve estar baseada na cooperação diferindo da estrutura multilateral criada no pós- Segunda Guerra, a qual suprimia as demandas dos países em desenvolvimento. Desse modo a multipolaridade benigna também pode ser chamada de multipolaridade da cooperação.

A multipolaridade refere-se a uma determinada estrutura de poder que é formada por três ou mais pólos de poder hegemônicos no sistema internacional. O multilateralismo concerne à forma de atuação dos atores dentro de uma estrutura de poder no sistema internacional. O multilateralismo pode ser descrito como “atuação conjunta dos países no sistema internacional em oposição ao unilateralismo, que seria a atuação isolada e arbitrária de um determinado país.” (BRICS MONITOR, 2011, p. 3). Em relação a política externa de um país, o multilateralismo refere-se a atuação no sistema internacional por meio de fóruns multilaterais, nos quais os países tomam decisões e atuam de forma conjunta.

Para o ex-ministro das relações exteriores do Brasil, do governo da presidente Dilma Rousseff, Antonio Patriota “continuar não é repetir” dessa forma, aspectos importantes da política externa brasileira do governo Lula, como a cooperação sul-sul, terá continuidade. Entretanto no seu discurso expôs que a manutenção

---

<sup>6</sup> Antonio Patriota exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil de 2011 – 2013. Em agosto de 2013, Luiz Alberto Figueiredo é nomeado Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

cooperação sul-sul não ocorreria em detrimento das relações com as grandes potências. De fato esta foi uma das mudanças que ocorreu na política externa brasileira durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Foi dado também um enfoque maior no discurso na proteção dos direitos humanos, demonstrando também a reaproximação com os países do norte. Para Celso Amorim<sup>7</sup> o voto brasileiro a favor do envio de um relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Irã, em 2011, para investigar possíveis violações de direito humanos incorre na ruptura da possibilidade de diálogo ao entrar em uma política de condenação. O ex-ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim argumenta que concordaria com o voto se além de enviarem um inspetor da ONU para o Irã, enviassem também outro para Guantánamo e outro para ver a situação dos imigrantes na Europa. Entretanto no caso de intervenção na Líbia, o Brasil se absteve da votação do Conselho de Segurança da ONU. Tal ato demonstrou, para alguns autores, coerência com o discurso de defesa dos direitos humanos, mas sem defender interesses ocultos das grandes potências.

Dentre os pontos da política externa do governo Dilma estão o discurso da defesa dos direitos humanos, a manutenção da cooperação sul-sul, mas com reaproximação com as grandes potências, condução mais impessoal da externa, enfraquecimento da diplomacia presidencial e sua maior institucionalização.

Atualmente, em função das mudanças do cenário internacional, há um debate sobre os parâmetros de legitimidade internacional. Há uma tentativa do Brasil e das potências emergentes de aumentar a sua voz nas organizações internacionais, visando reformar as estruturas que possibilitaram o fortalecimento de determinados pólos, de modo que passem a representar melhor as potências emergentes. Desse modo, é importante para o Brasil projetar-se como ator relevante no cenário internacional, pela defesa do direito internacional e do multilateralismo, como ferramenta do seu *soft power*, já que a sua capacidade de influência internacional (excluindo a regional) não está baseada na utilização do poder coercitivo. Visentini (2013) argumenta que a opção do Brasil pelo multilateralismo está relacionada ao reconhecimento do Brasil como potência média. Segundo Maria Soares de Lima (2005), o Brasil vê “na mediação entre os fortes e fracos sua principal contribuição

---

<sup>7</sup> Celso Amorim exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil de 2003 – 2010 durante o governo do ex- presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Celso Amorim é desde agosto de 2011, o Ministro da Defesa do Brasil durante o governo da presidente Dilma Rousseff (2011 – 2014).

para a estabilidade internacional não pelo recurso à força, mas pela diplomacia parlamentar” (LIMA, 2005, p. 16).

De acordo com Vigevani e Ramanzini Júnior (2009, p. 2) “a questão da legitimidade do Brasil é central para o Brasil, já que a influência do país no cenário externo não depende da sua capacidade coercitiva”. Pode-se dizer que essa é uma das razões pelas quais o Brasil atribui importância aos órgãos multilaterais, que fundamentem a legitimidade, e órgãos informais, que ofereceriam oportunidade de ouvir as demandas dos países emergentes. “Contribuir para o desenvolvimento econômico do país também é um dos objetivos da política externa brasileira que historicamente, é implementada tendo em conta os conceitos de autonomia e universalismo” (VIGEVANI E RAMANZINI JÚNIOR, 2009, p. 2). “O conceito de autonomia se liga a busca de manutenção ou aumento das margens de manobra do país no sistema internacional” (VIGEVANI E RAMANZINI JÚNIOR, 2009, p. 2).

Brasil e China aprofundaram suas relações também no âmbito da Cooperação Sul-Sul, que seria, segundo o conceito proposto durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, “o processo, as instituições e os arranjos concebidos com vistas a promover a cooperação política, econômica e técnica entre países em desenvolvimento na busca de objetivos comuns de desenvolvimento” (UNCTAD, 2010, p. 7). O Brasil também intensificou a cooperação Sul-Sul com a criação do IBAS, em 2003, que também impulsionou a transformação do BRICS em fórum de diálogo.

A política externa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como bem define Amado Cervo, buscou o multilateralismo como forma de penetrar as ações das estruturas hegemônicas do capitalismo, com o objetivo de tornar-se parte do jogo de reciprocidades internacionais do comando e dos benefícios (OLIVEIRA, 2011, p. 16).

A política externa brasileira buscou uma maneira de aumentar a visibilidade do Brasil e torná-lo mais participante do ordenamento internacional, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Esta característica de sua política pode ser confirmada nos dois fóruns que surgiram durante o seu governo: o IBAS e o BRICS.

#### 4 POLÍTICA EXTERNA CHINESA (2006-2014) E O BRICS

A civilização chinesa teve sua origem às margens do Rio Amarelo (Huang He). O sistema ético, político-filosófico confuciano, criado por Confúcio no século VI a.C., contribuiu amplamente para o pensamento social chinês. As normas sociais sistematizadas pelo confucionismo, atualmente, ainda possuem uma grande importância para a sociedade chinesa. A China possui um grandioso passado dinástico até a proclamação da República da China em 1912 e depois a proclamação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, por Mao Zedong.

Mao Zedong, juntamente com o Partido Comunista tentou implantar diversas reformas, como a coletivização das propriedades rurais, um amplo investimento na indústria de base, o chamado o Grande Salto para Frente. No entanto, o Grande Salto para Frente não teve o resultado esperado, e provocou uma piora da situação social e econômica.

As reformas implantadas por Deng Xiaoping em 1978 iniciam o denominado socialismo de mercado da China. A abertura econômica chinesa propiciou um crescimento econômico a índices impressionantes, sem a perda do poder do Partido Comunista Chinês (PCC). A China possui uma grande variedade e níveis diferentes de desenvolvimento no próprio território. Segundo o pensador chinês Zhongguo Yanjiu (2008), é possível analisar a China em várias dimensões, como: econômica, social, política. A primeira dimensão refere-se à economia chinesa, podendo-se analisar se é mais comunitária ou ligada a uma vertente mais liberal. A dimensão social está relacionada à interferência do Estado na sociedade. E a terceira dimensão, trata-se da política externa chinesa. Nosso estudo abordará apenas esta última dimensão.

A diplomacia chinesa está baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, instituídos pelo fundador da diplomacia da República Popular da China, Zhou Enlai, durante uma viagem a Ásia Meridional (VISENTINI, 2013). Os cinco princípios da Coexistência Pacífica representam ainda hoje os pilares da política externa chinesa, a partir dos quais a República Popular da China guia suas relações exteriores. Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica são: 1) respeito mútuo à

soberania e integridade nacional; 2) não agressão; 3) não intervenção em assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos; 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicas diferentes. Essa linha de pensamento foi seguida por muitos países do Movimento dos Não - Alinhados (1961).

A primeira fase da política externa da República Popular da China seria, em linhas gerais, conforme Carvalho (2013, p. 3) “marcada pela busca da segurança, no período que vai da fundação da RPC, em 1949, até 1960, quando eram fortes as ameaças provenientes do sistema imperialista”. De acordo com a Conferência Consultiva ao Povo Chinês de 1949, a política externa chinesa tinha como principais objetivos “proteger a independência, a liberdade, integridade territorial e soberania, opondo-se a práticas imperialistas de agressão e de guerra” (CARVALHO, 2013, p. 3). O principal aliado do regime comunista da República Popular da China (RPC) nesse período era a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Foi firmado o Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua em fevereiro de 1950. Sobre algumas características das fases da política externa da República Popular da China pode-se dizer em síntese que o marco da segunda fase é a ruptura das relações com a URSS, e a independência em sua política externa (CARVALHO, 2013). A terceira fase se caracteriza pela entrada da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1972 e pelo estabelecimento de relações diplomáticas com a maioria dos países. Durante a quarta fase têm-se as reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, e uma abertura ao exterior, desenvolvendo a cooperação bilateral em busca do seu desenvolvimento, nesta fase as relações com os Estados Unidos se desenvolvem (CARVALHO, 2013). Conforme Carvalho (2013) a política externa da República Popular da China se encontra na sua quinta fase e está voltada para uma ampliação do seu espaço político e diplomático para dar continuidade ao seu desenvolvimento econômico.

Para o seu crescimento econômico a China necessita de matérias- primas e recursos energéticos. As prioridades de sua política externa estão voltadas à obtenção desses recursos. Para tal, a China tem aumentado a sua parceria com a América Latina e o continente africano. A República Popular da China vem substituindo os Estados Unidos como principal parceiro comercial de muitos países sul-americanos, como o caso do Brasil desde 2009. A partir do crescimento da

parceria chinesa com os países da América Latina e Caribe, Pequim também aumenta a pressão sobre Taiwan. A partir do século XXI, houve um expressivo aumento da cooperação entre a República Popular da China e América Latina e Caribe, em diversas áreas. A cooperação com a China vem acompanhada do reconhecimento de uma só China, um dos objetivos da política externa chinesa.

Com relação à cooperação com os países do continente africano, a China volta-se para a obtenção de recursos minerais escassos no seu território, principalmente energéticos, necessários para a segurança energética da China de acordo com Visentini (2013). Em contrapartida, os Estados africanos recebem ajuda econômica chinesa por meio de empréstimos concedidos sem a ingerência da China em seus assuntos internos baseado no terceiro princípio dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (não intervenção dos assuntos internos de um país no outro). Essa política tem permitido o aumento da influência econômica e política chinesa na África, o que é de extrema importância para a China devido à busca por um desenvolvimento sustentável.

Em sua política regional, a China vem estreitando as suas relações com os Estados vizinhos estabilizando a sua liderança na região. Entretanto a ascensão chinesa na região é vista como um empecilho aos interesses da Índia e do Japão no continente asiático. Como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China não apoia a candidatura da Índia e do Japão ao Conselho. As tensões chinesas com Índia e Japão perpassam por aspectos históricos, políticos e disputas territoriais, como é o caso da fronteira de Kashmir e Arunachal Pradesh, com a Índia (VISENTINI, 2013). Essa região é considerada estratégica por ambos os países, por possibilitar a exploração de recursos energéticos, questão vital para o crescimento econômico.

O fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) também é uma das pautas da política externa chinesa. A China defende o multilateralismo em sua política externa e promove a construção de um sistema internacional multipolar. Por meio da ampliação dos seus parceiros comerciais a República Popular da China evita as consequências de um possível isolamento comercial ou diplomático (VISENTINI, 2013). Evitando uma confrontação direta, a China tem refreado a desvalorização exacerbada do yuan em relação ao dólar, além de adquirir títulos da

divida pública dos Estados Unidos e Europa (VISENTINI, 2013). A atuação da política externa chinesa é pragmática e tem como um dos seus objetivos a paz e a estabilidade internacional, conforme Visentini (2013), para a manutenção do seu crescimento econômico.

A diplomacia chinesa possui quatro plataformas estratégicas: a Organização das Nações Unidas, o G-20 financeiro, o BRICS e o FMI. Atualmente, a plataforma BRICS é a principal.

A política exterior da China visa, por um lado, buscar e assegurar um ambiente pacífico para a própria construção econômica com vistas à concretização ainda neste século o grandioso objetivo de quatro modernizações (Indústria, agricultura, ciência e tecnologia, e deferir, nacional). Por outro lado, a nossa política exterior visa igualmente à salvaguarda da paz e segurança mundial (CHENG, 1990, p.11).

O objetivo final da política externa chinesa é atingir o desenvolvimento econômico necessário a sua grande população e a também aumentar o seu poder político e militar para evitar ser humilhada (ALTEMANI, 2012). Após a recuperação do seu assento no Conselho de Segurança da ONU, em 1972, as reformas modernizadoras de Deng Xiaoping, 1978, e o consenso de 1992 (apoio oficial do PCC e dos governadores das Províncias costeiras) para a continuidade da abertura ao mercado capitalista internacional, mantendo o poder concentrado nas mãos do PCC, o país efetivou sua presença no cenário internacional e deslanchou o crescimento econômico. A consolidação do desenvolvimento econômico chinês veio com a sua entrada na Organização Mundial do Comércio em dezembro de 2001 (ALTEMANI, 2012). Dessa forma, a expressão do seu crescimento econômico e sua atuação como ator importante no cenário econômico global são vistas a partir do início do século XXI. Nesse sentido, a China passa a ser vista, também, como uma ameaça pelos países desenvolvidos que aumentam a pressão internacional tanto para a sua abertura política quanto para a sua adequação em 2004 a regras presentes na OMC.

Tanto a China quanto o Brasil durante a década de 70 utilizavam sua política externa como instrumentos de políticas nacionais de desenvolvimento, conferindo ao desenvolvimento o caráter de segurança nacional (ALTEMANI, 2012) para isso,

reiteravam em suas relações exteriores como a soberania, a autonomia, e uma política sem alinhamento automático a qualquer potência (ALTEMANI, 2012). Dessa forma foi estabelecida a cooperação Sul-Sul em parâmetros de igualdade e cooperação nas relações entre os países em desenvolvimento (Eixo Sul). A perspectiva da política externa brasileira da cooperação Sul-Sul está relacionada à geração de condições políticas mais favoráveis à revisão a adequação e mudanças de regras no sistema internacional, de forma a assegurar um ambiente mais propício ao esforço de desenvolvimento. No entanto, com as pressões do G-7 (EUA, Alemanha, França, Japão, Itália, Reino Unido e Canada) pela liberalização econômica na década de 80 pode-se dizer que as expectativas da cooperação sul-sul foram desarticuladas (ALTEMANI, 2012, p. 98). Durante a Guerra Fria, caracterizada pelas questões relativas à bipolaridade do sistema internacional e pela dimensão estratégica da economia, a Cooperação Sul-Sul correspondeu a uma ação coletiva pelos países em desenvolvimento, atuando nos organismos internacionais, nos processos decisórios, baseado na maioria de votos individuais (ALTEMANI, p. 98, 2012). Assim os países em desenvolvimento constituíram a maioria na Assembleia Geral da ONU, conseguiram assim, alcançar uma parcela dos seus interesses e outros países com reconhecimento internacional maior como Brasil, China, Índia e México passaram a assumir a liderança dessa ação coletiva (ALTEMANI, 2012, p. 98). No entanto, esse conceito não apresenta o mesmo significado do período da Guerra Fria. Representa, atualmente, a ação coletiva entre países emergentes que não visam mais mudanças estruturais na ordem internacional, mas uma readequação das regras de forma a possibilitar a promoção dos seus respectivos interesses (ALTEMANI, 2012). Durante o governo Lula foi retomada a perspectiva de cooperação Sul-Sul concentrada nos esforços de recuperação das possibilidades de desenvolvimento a todo conjunto dos não desenvolvidos e da eliminação da pobreza (ALTEMANI, 2012, p. 98). Nesse sentido, ação da política externa brasileira reintroduziu o tema da Cooperação Sul-Sul a partir da percepção que os interesses do Sul global não estão representados nos termos da ordem internacional vigente, conduzida pelos estados do Norte (ALTEMANI, 2012, p. 97).

A parceria estratégica global entre Brasil e China é baseada na percepção chinesa de que as parcerias se referem à cooperação em relações que estabelecem

o interesse mútuo (ALTEMANI, 2012). De acordo Altemani (2014, p. 99) as parcerias com a China são caracterizadas por:

1) são relações entre nações não alianças militares; 2) resolvem pacificamente diferenças e conflitos existentes através de consultas e diálogos; 3) não são aliados para combater um terceiro país; 4) se ajudam mutuamente para estabelecer relações normais com um terceiro país (ALTEMANI, p.99, 2014 apud SHU, 2009, p. 35-36).

Considera-se que para a política externa brasileira, com articulação nos fóruns multilaterais, o peso da China é fundamental para dar credibilidade as ações do BRICS. Pode-se considerar que o principal interesse brasileiro na parceria com a China está centralizado na possibilidade de atuação conjunta nos fóruns internacionais com vistas à busca de um ordenamento internacional que melhor atenda a inserção internacional do país e as suas necessidades (ALTEMANI, p. 93, 2014). A crise financeira internacional, de 2008, bem como o entrave da Rodada de Doha na OMC, demonstrou a necessidade das mudanças nas organizações internacionais, para a inserção das demandas dos países emergentes. O Brasil como um global player, para a defesa dos seus interesses deve ter uma postura mais ativa nos processos de negociações internacionais. O conceito de país emergente promovido no século XXI demonstra o reconhecimento da existência de um conjunto de países que em função de seus processos de desenvolvimento está se aproximando dos países denominados desenvolvidos (ALTEMANI, 2012, p. 94).

Segundo Altemani (2012, p. 94), os países emergentes apresentam um grande crescimento econômico, objetivam uma maior participação política nos processos decisórios internacionais, apresentando tanto ambições regionais, quanto globais de se tornarem grandes potências. De acordo com Altemani (2012) apud Boyer (2008, p. 56-57) considera que o ponto comum do sucesso dos emergentes é o cruzamento de políticas nacionais estratégicas e a configuração favorável da economia mundial. Politicamente são defensores do multilateralismo, opondo-se à prática hierárquica dos países desenvolvidos presente nas principais instituições internacionais de âmbito global. Conforme Altemani (2012), os países emergentes também formam grupos informais objetivando buscar posições mais homogêneas para aumentar o peso dos seus posicionamentos nos organismos internacionais,

como exemplos dessa tendência pode-se citar a criação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), da coalizão G-20 comercial e financeiro e a institucionalização do BRICS.

A similaridade de posicionamentos da política externa brasileira e chinesa na defesa do multilateralismo e da multipolaridade das relações internacionais fortalece a parceria estratégica e a cooperação entre os países. O Brasil continua com a diretriz da sua política externa universalista e apesar de ampliar a sua relação com os países emergentes não exclui a relações com os países desenvolvidos. Dessa forma a constituição de mecanismos que possibilitem parcerias mais vantajosas no campo multilateral é fundamental para ampliação das oportunidades para os países do Sul.

As reformas econômicas chinesas foram ampliadas ainda mais após o XVI Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês em 2002. O congresso procurou promover a imagem de uma China que atua no sentido de realizar mudanças na Constituição e alterações de poder de forma pacífica, podendo então ser considerado um país politicamente estável e um ator internacional responsável que contribui para a manutenção da paz estabilidade do sistema internacional, além de ser um mercado confiável para o capital externo (ALTEMANI, 2012). O XVII Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), realizado em outubro de 2007, referendou o pensamento do então presidente da RPC Hu Jintao em termos de concepção científica do desenvolvimento e de uma sociedade harmônica (ALTEMANI, p. 40, 2012). A crise econômica asiática da década de 90 teve grandes impactos sobre o pensamento da política externa chinesa ainda que a China não tenha sido diretamente atingida por ela (ALTEMANI, 2012). O principal resultado da crise asiática para a política externa chinesa foi o estímulo ao desenvolvimento do regionalismo asiático, a consciência da necessidade de definição e estabelecimento tanto de instituições multilaterais, quanto de acordos bilaterais de livre comércio, de forma a reduzir sua dependência ao FMI e aos organismos internacionais. (ALTEMANI, 2012, p. 43).

Em decorrência do crescimento do seu *hard power* a China passou a ser divulgada na mídia internacional como uma ameaça no plano econômico e de segurança. Com receio de que tal visão atrapalharia seu crescimento econômico e

suas estratégias de política externa, a China adotou inicialmente o conceito de ascensão pacífica (ALTEMANI, 2012). Mas o conceito foi abandonado em 2004 por ressaltar a ascensão chinesa. Então em 2006, foi lançado um novo conceito durante o XVII Congresso do Partido Comunista Chinês, o conceito de desenvolvimento harmônico (ALTEMANI, p. 44, 2012). O conceito representa a conjunção entre um mundo harmônico e a sociedade harmônica na consideração de que as questões internas e internacionais devem ser visualizadas em conjunto (ALTEMANI, p.45, 2012). O Plano Quinquenal divulgado em 2011 foi lançado a fim de aprofundar o processo de distribuição do desenvolvimento para o interior a fim de diminuir as disparidades entre este e a zona costeira (ALTEMANI, 2012). A parceria sino-brasileira, não se restringe a questões econômico-comerciais, mas também nas áreas políticas, científico-tecnológico que é sistêmica (ALTEMANI, 2012).

O conceito de mundo harmônico relaciona-se com a paz e o desenvolvimento, dessa forma a China respeita as diferentes nações, e promove a igualdade, respeito e o benefício mútuo em suas relações exteriores (ALTEMANI, 2012). De acordo com Altemani (2012, p.45) “a cultura confucionista, em contraste com a cultura de guerra, enfatiza a vida de paz e harmonia” assim a China a partir do conceito de mundo harmônico procura estabelecer a prática diplomática voltada para a paz, cooperação e desenvolvimento (ALTEMANI, 2012).

O conceito de Joseph Ney de *soft power*, está sendo aplicado pela China, independentemente do aumento dos seus gastos militares, em uma visão mais ampliada, pois, em diversos países asiáticos consideram que os investimentos e ajuda ao desenvolvimento estão incorporadas ao conceito de *soft power* (ALTEMANI, 2012, p. 45). A China aprendeu que o seu poder deve ser pelo menos igualado ao das potências para não ser submetida novamente a outro país, e considera também importante a paz e a estabilidade do sistema internacional importante para o seu desenvolvimento (ALTEMANI, 2012). A expansão de Institutos Confúcio pelo mundo, é a utilização de uma ferramenta de *soft power*, que tem por objetivo ampliar o conhecimento e aceitação da cultura chinesa, seu idioma, e a cooperação acadêmica (ALTEMANI, 2012).

O conceito de desenvolvimento harmônico e de nova diplomacia decorre do reconhecimento explícito da mudança de status da China e da busca por uma

estratégia diplomática que corresponda a essa posição (ALTEMANI, 2012). De acordo com Altemani essa retórica tem como objetivo a aceitação do desenvolvimento chinês no plano internacional, garantindo um ambiente internacional de paz e estabilidade para o seu crescimento econômico, a não interferência nos seus assuntos internos e do papel do PCC e relacionamentos no sistema internacional baseados no benefício mútuo e na coexistência pacífica (ALTEMANI, 2012). E no plano interno o desenvolvimento ser adquirido pelo conjunto da sociedade chinesa (ALTEMANI, 2012).

Dentre os objetivos de Pequim estão o desenvolvimento econômico e a estabilidade política interna. Esse objetivo pode ser atingido através da ampliação de recursos do exterior e da ampliação do acesso aos mercados pela China. (ALTEMANI, 2012). Dessa forma desde as modernizações realizadas por Deng Xiaoping, a China mantém a visão de que uma economia forte é a fórmula para atingir alto nível de desenvolvimento da população e maior segurança em longo prazo. Ainda que a hierarquia internacional de poder esteja mudando, a China mantém um bom relacionamento com a potência do *status quo*, pois para ela o relacionamento positivo com os EUA é fundamental para a continuidade do seu crescimento, ampliação da sua influência regional e segurança. A China tem mantido a sua estratégia de não confrontação direta com os EUA, no entanto se utiliza de mecanismos de *soft power* como o BRICS para alterar as negociações multilaterais ao seu favor. Ainda se utiliza da diplomacia multilateral, estabelecendo uma rede de relacionamentos comerciais e políticos, que se a China precisar possam promover um apoio. Dessa forma apesar do BRICS estar se fortalecendo como ferramenta de diplomacia multilateral a China não considera o grupo como uma coalizão anti-hegemônica como é o caso de que outras potências emergentes o enxergam.

A questão é que ser potência internacional não corresponde somente a ter prestígio, capacidade de influência, mas também ser aceita pelos outros e como tal assumir responsabilidades. Em especial manter a estabilidade econômico-financeira internacional e a estabilidade estratégico militar (segurança internacional) (ALTEMANI, 2012, p. 49).

A ordem mundial do pós-crise de 2008, tem gerado várias especulações sobre como a China irá atuar. Entretanto há consciência que a China se adequará às mudanças em curso e que esse processo poderá ser afetado pelo fato de que seus principais aliados políticos (potências emergentes) demandam reformas que vão de encontro com os seus principais parceiros econômicos (EUA e Japão) que não são necessariamente seus aliados. Segundo Altemani (2012, p.50) o projeto chinês tem como principal objetivo a continuidade e a ampliação do desenvolvimento econômico chinês garantindo a legitimidade do PCC. Para garantir o desenvolvimento econômico chinês é necessário a segurança e estabilidade interna e internacional. Por isso, a China busca acesso a mercados, a recursos naturais, a capitais e a tecnologia. Com relação ao seu relacionamento com os EUA, a RPC apresenta uma postura que parece contraditória, mas é sobretudo pragmática. Ao somar forças com as potências emergentes (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul) enfatiza a necessidade de um sistema internacional multipolar, descentralizando a liderança dos EUA. Ainda assim, a RPC valoriza a estabilidade internacional como essencial para a continuidade do seu desenvolvimento e demonstra não pretender assumir o posto de liderança global ocupado pelos EUA, pelo menos até a consolidação do seu desenvolvimento (ALTEMANI, p. 50, 2012).

O processo de interdependência entre China e EUA tem feito com que o primeiro aceite as regras do sistema internacional para o seu desenvolvimento. No entanto essas regras não são imutáveis. E a China trabalha nesse sentido através da participação de diversos fóruns políticos como o BRICS, participação no G-20 comercial e financeiro e criação de grupos como a OCX (Organização da Cooperação de Xangai, na qual estabeleceu sua liderança). Após a crise econômico-financeira de 2008 há uma demanda para que os países emergentes entre eles a China, assumam a responsabilidade pelos processos de recuperação econômica internacional. Assim a consolidação do papel do G-20 dos processos decisórios da economia mundial, diminui o papel desempenhado pelo G-7 (Altemani, 2012) ainda que ele seja de grande relevância. Para alcançar o seu desenvolvimento e garantir a sobrevivência da República Popular da China e do PCC, a China desenvolve uma estratégia de inserção internacional de ser reconhecida como um poder cooperativo com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e desenvolvimento harmônico.

A China desenvolve a estratégia de ser reconhecida como um poder cooperativo e pacífico. (ALTEMANI, 2012). Em janeiro de 2008 a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), órgão dependente do Conselho de Estado e consultado pelo ministério dos Negócios Estrangeiros chinês para a tomada de decisão sobre estratégias internacionais apresentou um relatório denominado Modernização da China em 2008 (YANJIU, 2008, p. 235). Segundo esse relatório baseado em um estudo da experiência internacional dos últimos 300 anos e na história e realidades da modernização internacional da China, mostra a necessidade de construção de um ambiente favorável à modernização da China e à cooperação de todos os estados em benefício de um desenvolvimento mútuo (Zhongguo Yanjiu, p. 235, 2008). Em 2008 o governo chinês divulgou oficialmente a estratégia internacional denominada a “Estratégia da Pomba da Paz” (YANJIU, 2008).

Distribuindo as áreas de intervenção da política externa chinesa pelo corpo de uma pomba, seguindo a lógica de prioridades, a estratégia indica que a ONU é a prioridade máxima (aparece na cabeça da pomba), seguida da Ásia (corresponde ao peito); a Europa e os Estados Unidos aparecem em pé de igualdade (colocadas cada um numa asa) e a América Latina, África e a Oceania aparecem em último plano (na calda da pomba) (YANJIU, 2008, p. 236).

Com a ênfase dada ao acesso aos mercados e produtos, a China busca adquirir maior peso internacional, ampliando suas relações com diferentes atores e estabelecendo diálogos ou parcerias estratégicas, essa ação demonstra que a China se utiliza das regras do ordenamento internacional vigente para ampliar seu poder econômico e político (ALTEMANI, 2012, p. 54). Apesar do seu relacionamento estável com os EUA, a China vem aumentando seu *hard power* em termos econômicos e militar para garantir a não intervenção de outras potências em seu desenvolvimento. Tem aumentado também o seu *soft power* diplomático participando de diversos fóruns internacionais, expandindo sua cultura através de Institutos Confúcio e intercâmbios acadêmicos para ganhar maior apoio e legitimidade no cenário internacional caso viesse a assumir uma liderança ou sofrer uma tentativa de isolamento diplomático pelos países desenvolvidos.

Ao se demonstrar como potência emergente a China ganha aliados políticos, as potências emergentes e pode realizar uma maior pressão para a mudança de

regras em instituições multilaterais para que representem também os seus interesses. Ao não entrar em confronto direto com os EUA e países desenvolvidos, a China garante a estabilidade necessária ao seu desenvolvimento. Podemos concluir, portanto que a postura da política externa chinesa é sobretudo pragmática e se fundamenta na grande estratégia chinesa de (*yuanqi mubiao*) que tem na condução da política externa (entendida como a aplicação de meios diplomáticos, militares e econômicos, *smart power* para Nye, por parte de um Estado) o objetivo de desenvolver e proteger os seus interesses. Tal objetivo encontra continuidade com atuação do governo de Xi Jinping, assumindo-se definitivamente como potência emergente (CARRIÇO, 2013). O novo conceito em construção elaborado no governo de Xi Jinping, denominado o Sonho da China tem por base a continuação e concretização de diretrizes contidas no conceito elaborado no governo anterior de Hu Jintao, de desenvolvimento pacífico e mundo harmonioso.

De uma forma sintética o conceito assenta em três pré-requisitos essenciais para o «renascimento da China» (*Zhongguo wenyi fuxing*): a continuação do modelo específico de desenvolvimento chinês; a consolidação do espírito patriótico chinês; e a concentração e cristalização do poder da China— os quais não deixam de gerar uma interessante comparação com os três pilares ideológicos que estiveram na base da fundação do Kuomintang: nacionalismo, democracia e bem-estar da população (CARRIÇO, 2013, p. 27-28).

A concepção chinesa das relações internacionais está ancorada, também, em ideias confucionistas e em menor escala taoísta. Assim exerce atração superior ao ocidental na maioria dos países asiáticos, por possuírem um legado comportamental semelhante (YANJIU, 2008, p. 235). O aspecto cultural, *soft power* e o aspecto econômico e militar, *hard power* são utilizados de maneira a alcançar o seu interesse nacional. Desse modo o multilateralismo tem sido utilizado como forma de exercício de *soft power*, que na visão de Yanjiu (2008, p. 235), ao contrário do conceito cunhado pelo norte-americano Joseph Nye, baseado em ideais políticos, tem uma componente essencialmente cultural e civilizacional. A China então atua no sentido de ser reconhecida como uma grande potência emergente, que busca o seu desenvolvimento econômico e se propõe em suas relações com outros países, à cooperação e ajuda mútua, se utilizando também da diplomacia cultural, buscando ser vista como promotora de um ambiente internacional pacífico estável.

#### 4.1 Elementos Comuns entre a Política Externa do Brasil e da China

O estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China ocorreu em 1974. Em 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil. O avanço nas relações diplomáticas entre os dois países tem permitido uma intensificação do comércio e da cooperação entre os mesmos, resultando em novas coalizões como é o caso do BRICS. Segundo Li Baojun (2013, p. 24), “a relação sino-brasileira tem influência cada vez mais global e estratégica”. A elevação das relações sino-brasileiras ao nível de interesse nacional para o Brasil, a conclusão da parceria estratégica sino-brasileira dos anos 90, teve sua concretização durante o governo Lula (ZHEBIT, 2013). A cooperação científico-tecnológica sino-brasileira iniciada em 1999, pelo programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (*China-Brazil Earth Resources Satellite - CBERS*) se concretizou durante o governo Lula, com o lançamento dos satélites CIBERS 2 (2003) e do CIBERS 2B (2007) (WILLIAMS e BRITO, 2013, p. 44). O êxito do programa técnico-científica da aliança Sul-Sul demonstrou a possibilidade de cooperação em mais uma área pelos países em desenvolvimento.

Desde as reformas chinesas para uma maior abertura ao mercado internacional implementadas em 1978 por Deng Xiaoping, foi recomendado por ele que a China deveria adotar uma atitude prudente em sua política externa, no sentido de não se tornar a liderança global. O Brasil, entretanto, demonstra em sua política externa uma busca pela liderança no que concerne a obter o status de grande potência. O resultado das Quatro Modernizações que compreendiam as áreas da agricultura, indústria, científica-tecnológica e militar estabelecidas em 1963 por Chu En-lai e implementadas em 1978 por Deng Xiaoping, tem sido percebido no desenvolvimento chinês. Apesar da China ser atualmente, a 2ª maior economia mundial ela decidiu adotar o status de potência emergente. Henrique Altemani de Oliveira (2013) compreende que o diálogo sino-brasileiro cada vez mais aprofundado na cooperação Sul-Sul oferece uma segurança para a China, pois, esta teria um parceiro estratégico tanto no campo político quanto comercial, considerando que a China enfrenta um desafio sistêmico ocidental. O Brasil é considerado pela China como uma grande potência do Sul, parceiro estratégico em um mundo em desenvolvimento, a aliança a qual representa uma alternativa a interdependência

assimétrica (ZHEBIT, 2013). Deng Xiaoping, em maio de 1984, discursou sobre a dicotomia no sistema internacional, presente na ordem bipolar, o conflito Leste-Oeste e das relações desiguais Norte-Sul, entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na ocasião estava presente o presidente João Batista Figueiredo em visita oficial à China. Em discurso Deng Xiaoping afirmou que:

Deng disse que o mundo enfrentava dois grandes desafios: o primeiro, manter a paz pela redução do conflito Leste-Oeste, o segundo, promover o desenvolvimento internacional para diminuir a disparidade entre os países desenvolvidos (Norte) e os países subdesenvolvidos (Sul) (SHU CHANGSHENG, 2013, p. 90).

Sob o comando de Mao Zedong (1949-1976) a estratégia diplomática da política externa chinesa era formar uma Frente Única Anti-Imperialista dos países afro-asiáticos (SHU CHANGSHENG, 2013). Mao Zedong seguiu o princípio da coexistência pacífica, suspendendo temporariamente a exportação da revolução até 1962. A partir de 1962 Mao Zedong passa a criticar o imperialismo dos Estados Unidos, o revisionismo da União Soviética; e aos reacionários do mundo que reprimem a luta de seus povos (SHU CHANGSHENG, 2013). A partir de 1964, a China e a União Soviética rompem oficialmente suas relações, e a segunda é denominada pela China em 1968 como “social-imperialista” (SHU CHANGSHENG, 2013). Após a Revolução Cultural do Proletariado, o líder da República Popular da China passou a apoiar os movimentos comunistas no mundo até 1971 quando voltou a defender que a revolução deveria ser interna. Em 1971, o presidente estadunidense Richard Nixon visita a China. E em 1972, há a retomada pela China do assento do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. As relações diplomáticas com os países da América Latina, durante o governo de Mao Tsé - tung e antes do reingresso da China no Conselho de Segurança da ONU, em 1972, eram difíceis, pois os Estados Unidos pressionavam esses países para não estabelecerem relações com a República Popular da China.

Em 1961, Jânio Quadros lança a Política Externa Independente, não alinhada aos interesses dos Estados Unidos. Em maio do mesmo ano é enviada uma comissão comercial da República Popular da China ao Brasil, o que dá início ao diálogo sobre o estabelecimento de trocas comerciais entre os dois países. Nesse

sentido, Jânio Quadros envia em 1961, uma missão comercial para a República Popular da China, presidida pelo vice presidente do Brasil, João Goulart. A missão comercial visava examinar as possibilidades de comércio entre os dois países e suas vantagens econômicas. O golpe de 64 no Brasil, provocou o rompimento das relações sino-brasileira. Somente em 15 de agosto de 1974, o Brasil e a China estabeleceram relações diplomáticas, este primeiro reconhecendo o governo de Pequim como o único governo legal da China. O chanceler Antônio Azeredo da Silveira, disse em discurso em 1974:

Nossos Governos têm enfoques distintos para a condução dos seus respectivos destinos nacionais. Ambos consideramos, no entanto, que é um direito inalienável de cada povo o de escolher seu próprio destino. O que é fundamental, sim, é que nas suas relações internacionais os governos estejam dispostos a, efetivamente, respeitar esse direito (SHU CHANGSHENG, 2013, p. 111).

Com esse gesto o Brasil rompe oficialmente com o governo de Taiwan, considerando Formosa como somente uma província, parte inalienável da China, contribuindo com uma política de uma só China. Em maio de 1984 o então, presidente brasileiro João Batista Figueiredo visita a China. Em novembro de 1993, o presidente chinês Jiang Zemin em visita de Estado ao Brasil, anuncia a formação da parceria estratégica sino-brasileira. “O respeito à soberania e à independência e a independência e a não intervenção nos assuntos internos de cada um contribuíram para moldar a cooperação sino-brasileira” (SHU CHANGSHENG, 2013, p. 90-91). “Essa parceria de alto nível gerou 34 contratos de prestação de serviços entre empresas brasileiras e chinesas de 1984 a 1999” (SHU CHANGSHENG, 2013, p. 91).

Em 2004, o presidente Lula visitou a China em comemoração ao estabelecimento dos trinta anos de relações entre os dois países. Em novembro de 2004 o presidente da China Hu Jintao visitou o Brasil, e assinou acordos de cooperação econômica e tecnológica e de promoção de turismo entre os dois países. O comércio entre os dois países foi intensificado bem como as relações nas esferas da ONU e da OMC. “A frequência dos encontros entre líderes políticos da China e do Brasil é muito alta: entre 2009 e 2010, é de praticamente um encontro a cada cinco meses” (SHU CHANGSHENG, 2013, p. 91). Em 2009, a China se torna o

principal parceiro comercial do Brasil. O grupo BRICS é utilizado então, pelo Brasil para a ampliação da sua projeção externa. A coalizão BRICS é um instrumento para alcançar os objetivos da política externa do Brasil. Assim os BRICS tem a capacidade de ampliar o diálogo entre os países membros do agrupamento, além de permitir a coordenação de interesses convergentes, possibilitando um maior peso na voz desses países. Dentre as razões para uma aproximação das relações entre o Brasil e a China desde a Conferência de Bandung até os dias atuais, excluindo a parte comercial nessa consideração (ZHEBIT, 2013) é “a comunhão de ideias acerca da nova ordem internacional, que compartilham com os demais integrantes do BRICS” (WILLIAMS GONÇALVES e BRITO, 2013, p. 44).

Ao que se refere a alteração da ordem mundial, Brasil e China incentivam a multipolarização, para um ambiente internacional mais favorável aos países em desenvolvimento. Esses Estados tem reafirmado o compromisso com a paz mundial, tem crescido economicamente e influenciado no reordenamento dos regimes internacionais pelo seu peso econômico e capacidade político-diplomática (GONÇALVES e BRITO, 2013). A política externa brasileira e chinesa apresentam semelhanças durante a Guerra Fria, ao que diz respeito ao desenvolvimento das táticas diplomáticas para fugir do conflito Leste-Oeste, (ZHEBIT, 2013) utilizando da base “terceiro mundista” e da procura “por meios de viabilizar o desenvolvimento sem o concurso automático dos líderes dos respectivos blocos de alinhamento” (KOCHER, 2013, p. 77-78). Tanto o Brasil quanto a China tem criado novas coalizões internacionais, processo que vem se acentuando desde os anos 90, muitas delas regionais durante a década de 90. Ambos os países também apoiam o multilateralismo nas relações internacionais. Brasil e China consideram o BRICS como “um dos mais importantes instrumentos de manutenção e consolidação da parceria estratégica” (ZHEBIT, 2013, p. 13).

Em abril de 2010, por ocasião da 2ª visita do presidente da República Popular da China, Hu Jintao ao Brasil foi assinado o Plano de Ação Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, 2010-2014. Hu Jintao participou também, em abril de 2010, da II Cúpula do BRICS realizada em Brasília, Brasil. Em nota o Itamaraty (2010) publicou que o Plano de Ação Conjunta estabelece “orientações estratégicas e abrangentes para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral e de cooperação em áreas relevantes”. O Plano de

Ação conjunta foi elaborado pela Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (SINOPEC). As duas partes acordaram com princípios gerais baseados na cooperação e benefício mútuo. O artigo 1.1 estabelece o seguinte princípio geral:

A fim de promover um desenvolvimento abrangente e aprofundado da Parceria Estratégica Brasil-China e intensificar ainda mais a cooperação amigável e mutuamente benéfica entre os dois países, as duas Partes acordaram assinar o "Plano de Ação Conjunta" em um espírito de igualdade, pragmatismo e obtenção de resultados positivos para ambas as Partes. (Itamaraty, Art. 1.1, 2010).

O artigo segundo do Plano de Ação conjunta estabelece os objetivos gerais, dentre os quais, o seu inciso primeiro anuncia a busca pelo fortalecimento das consultas políticas entre Brasil e China não somente sobre temas bilaterais, mas também sobre temas multilaterais de interesse mútuo, com base nos princípios de igualdade e confiança mútua, solidificando, desse modo, a base política da Parceria Estratégica (Itamaraty, 2010). O Diálogo Estratégico entre o Brasil e a China foi favorecido pelas visitas dos chefes de Estado de ambos. Em 2004 e 2009, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia visitado a República Popular da China. Em 2004, o presidente da República Popular da China, Hu Jintao, realizou uma visita de Estado ao Brasil. Segundo o diplomata Li Baojun (2010), as visitas de Estado dos dois países, propiciou a confiança mútua, fortalecendo os mecanismos de cooperação, o dialogo estratégico e aumentando os investimentos e o comércio entre os dois países.

O Brasil e a China, como potências emergentes, têm desenvolvido suas relações exteriores baseada em posicionamentos e demanda semelhantes relativos q questões da paz mundial, do desenvolvimento e da cooperação. Após a crise de 2008, ambos tem coordenado cada vez mais seus posicionamentos no âmbito do G-20, na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, protegendo os interesses dos países em desenvolvimento e exercendo um papel cada vez maior no cenário internacional (Li Baojun, 2013). Observa-se uma mudança no paradigma da política externa chinesa no século XXI, que passou a defender o multilateralismo em suas relações. A defesa do multilateralismo nas suas relações exteriores permite um ganho das suas relações comerciais evitando um possível isolamento diplomático e

comercial, que poderia ser feito pelos países desenvolvidos ao observar o crescimento da economia chinesa.

O seu crescente *soft Power* levaram à aceitação generalizada da sua influência cada vez mais visível em várias regiões. Os pressupostos do modelo de desenvolvimento chinês e a capacidade de atração econômica são, assim, manipulados por Pequim para gerir os seus interesses recorrendo a princípios diplomáticos específicos, como os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica – respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não-ingerência nos assuntos internos dos outros estados, igualdade, e benefício mútuo (relações *win-win*) (MENDES, 2010, p. 41).

O BRICS não pode ser considerado somente como um produto da conjuntura internacional. Para o Brasil, há de se considerar a postura ativa e a política externa brasileira durante o governo Lula, o qual possibilitou que a sua voz fosse ouvida e mudança na maneira em que as questões são negociadas nos foros internacionais. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul ao formarem um grupo e agirem conjuntamente, aumentam sua influência do que se agirem individualmente. A grande importância das suas economias, a projeção de líderes regionais e internacional e os objetivos externos bem definidos, são algumas das razões que fortalecem o grupo. A opção pelo multilateralismo é um dos elementos comuns entre a política externa brasileira e chinesa. No entanto as estratégias adotadas pelas mesmas diferem.

A República Popular da China tem desenvolvido uma política externa de independência, de autonomia e de paz, baseada nos cinco princípios de coexistência pacífica (DUQING CHEN, 1990). As relações amistosas entre China e outros Estados tem por base o benefício recíproco, em questões de cooperação com os países em desenvolvimento. Em 1949, o Brasil assina um acordo de reconhecimento da República Popular da China. No entanto as relações eram baseadas somente em comércio que apresentou uma queda na década de 50. Durante o governo de Jânio Quadros eleito em 1961, o Brasil dá início a política externa independente. A autonomia foi uma das bases da inserção internacional do Brasil, buscando a independência em suas relações exteriores, não alinhado a potência hegemônica mesmo em tempos de Guerra Fria. Rompendo com a fronteira ideológica o Brasil se aproxima e intensifica suas relações com a República Popular da China. Um dos pilares da política externa independente também foi a cooperação

com os países do Sul. Essa opção demonstrou o pragmatismo da sua política externa que estabelecia relações comerciais com os países sem estar alinhado ideologicamente a eles.

O Brasil apoiou a entrada da China no Conselho de Segurança da ONU em 1971, ressaltando que o país seria importante na defesa da paz mundial. As relações diplomáticas entre Brasil e China foram reestabelecidas no dia 15 de agosto de 1974. E se desenvolveram rapidamente. A partir dos anos 90, para as relações sino-brasileiras foram elevada a posição de Parceria Estratégica. Desde o início das relações entre Brasil e China foram assinados vários acordos comerciais, de cooperação em questões de ciência e tecnologia, educação, transporte marítimo, energia nuclear para fins pacíficos, indústria (Duqing Chen, 1990). Os dois governos assinaram também durante a década de 90, um acordo de pesquisa e elaboração conjunta de satélites de recursos de terra (CBERS), inaugurando a cooperação na tecnologia de ponta entre os países em desenvolvimento. (DUQING CHEN, 1990).

A República Popular da China assim como o Brasil tem procurado desenvolver uma política externa autônoma, independente e de paz, opondo-se a uma hegemonia mundial. Os dois países também reforçaram no século XXI a cooperação com os países em desenvolvimento. Atualmente, para a China, o Brasil foi elevado à posição de parceiro estratégico global. Brasil e China também são potências regionais que tem políticas externas e internas independentes, mas apresentam grande diversidade entre si, como os outros países do BRICS. O que se pode perceber é que encerrado o primeiro ciclo das cúpulas do BRICS fica evidente o foco na governança econômica em que os BRICS buscaram um aperfeiçoamento tático da ordem internacional, aumento do prestígio internacional e acumulação gradual de poder” (DAMICO, 2013).

A mudança das regras de governança política global é mais difícil do que da área econômica. Pois, a perda da legitimidade das estruturas econômicas é mais rápida do que na área política. Além disso, há grandes disparidades entre a percepção e o peso das decisões das potências do *status quo*, que já são membros do conselho de segurança das Nações Unidas e os países empenhados na sua transformação. As políticas de cooperação do BRICS voltadas para o crescimento inclusivo constituem-se uma das suas contribuições e podem ter um grande impacto no combate a pobreza e a desigualdade. A conclusão é que o BRICS ainda é um mecanismo novo da política externa dos países membros do grupo, e que está em

evolução e gradual institucionalização. Com relação aos desafios a institucionalização e evolução do grupo BRICS, dependerá da postura dos países que o compõem, bem como de parcerias econômicas e comerciais, da cooperação entre seus membros e do sucesso de iniciativas políticas de grandes impactos lançadas pelos mesmos.

#### **4.2 Perspectiva das relações comerciais entre Brasil e China**

O comércio bilateral entre Brasil e China está baseado no princípio do benefício mútuo (estratégia *win-win* chinesa). Segundo o diplomata Li Bajoun (2010), o aumento do intercâmbio comercial entre ambos deriva da complementariedade das suas economias. O Brasil possui recursos naturais importantes para o crescimento econômico chinês, cabendo destaque para os recursos energéticos, necessários à segurança energética chinesa. Em 2009, por ocasião da visita de Estado, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi assinado um acordo entre a Petrobrás, a Sinopec e o Banco de Desenvolvimento da China sobre o financiamento de dez bilhões de dólares para a área de petróleo. No entanto, alguns autores apresentam o perigo das suas relações bilaterais de comércio em traduzirem-se em uma especialização brasileira cada vez maior, no setor primário como exportador de *comodities*. O Brasil, assim como a maioria dos países da América Latina e África, é um grande exportador de *comodities* para a China. O Brasil exporta produtos com pouco valor agregado enquanto importa da mesma, produtos manufaturados, com maior valor agregado o que incorre numa balança comercial desfavorável no caso brasileiro. Ao importar produtos manufaturados chineses por um preço relativamente menor, os produtos manufaturados brasileiros sofrem uma grande concorrência da indústria chinesa, o que pode provocar um efeito de desindustrialização brasileira, se não forem estabelecidas medidas de proteção para a indústria do Brasil em áreas consideradas estratégicas.

*Como global players interessados em superar a deterioração dos termos de troca- tema caro às políticas desenvolvimentistas desde os anos 1960-, ambos os países até podem operar comercialmente como duas típicas economias que apontam no viés exportador com características complementares: uma vendendo produtos agrícolas e outra produtos manufaturados. Mas a consequência inequívoca dessa situação é a*

reprodução, em novas bases, de uma situação que se pretendia superar ainda nos anos 1970, quando se deu o reatamento de relações entre Brasil e China (KOCHER, 2011, p. 85).

Entretanto, a especialização brasileira em produtos primários e a quebra de várias empresas nacionais, não são derivadas das relações comerciais com a China. Mas sim por todo um processo histórico e político além de medidas liberalizantes principalmente nas décadas de 80 e 90 e poucos investimentos em ciência e tecnologia. Durante o governo Lula houve incentivos a exportação de produtos industrializados. Os investimentos no campo científico tecnológico brasileiro poderiam ser supridos, em parte, pela própria cooperação com a China e os países que compõem o BRICS. Como no caso da parceria estratégica sino-brasileira, em que a cooperação se deu em alto nível científico-tecnológico com o lançamento dos satélites CBERS. A cooperação técnico-científica é uma das áreas abrangidas pela cooperação entre os países do BRICS, bem como mais outras trinta áreas. De acordo com Fábio Martins Faria (2013):

A realidade aponta riscos para o Brasil, pois, enquanto exporta produtos básicos para o mercado chinês, dele compra bens manufaturados, de maior intensidade tecnológica e valor agregado. Ainda que existam vantagens para o Brasil nessa especialização, porquanto detém amplos recursos minerais e conta com uma melhoria nos termos de trocas decorrente da elevação das cotações das *comodities*, cujos preços, por outro lado, são historicamente voláteis, com flutuações cíclicas que podem causar crises sérias, inclusive no balanço de pagamentos, como o Brasil já enfrentou inúmeras vezes no passado. (FARIA, 2013, p. 144-145).

### **4.3 Atuação do Brasil e da China no BRICS**

Pelo aspecto político e econômico-financeiro, as relações do Brasil com os países do BRICS são importantes para a inserção internacional que o país almeja. Visto que a crise financeira de 2008 não alterou a busca pelo fortalecimento do papel do país no mundo (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2009), as relações entre os países do BRICS se ampliaram para diversas áreas. A partir da construção de uma agenda conjunta esses países buscam ampliar o seu peso no sistema

internacional e a sua voz em temas de governança global, como também elevar o nível do seu desenvolvimento.

O agrupamento BRICS pode ser considerado resultado do desenvolvimento interno do Brasil, Rússia, Índia e China e de fatores do sistema internacional. Os países do BRICS possuem grandes territórios, população e um grande PIB. Uma das primeiras motivações da união desses países foi a força de suas economias e o fato desses países serem potências emergentes em busca do seu fortalecimento no sistema internacional em que se inserem. O PIB da China em breve ultrapassará o PIB dos Estados Unidos. O PIB chinês e indiano correspondem por uma parcela significativa do PIB mundial. O PIB total do BRICS já se aproxima do PIB total dos EUA. No entanto, o seu mercado consumidor ainda é reduzido em comparação com esse país, conforme o embaixador Alfredo Graça Lima (2014). Apesar do alto índice de crescimento econômico dos países emergentes, evidente na primeira década do século XXI, a grande desigualdade na distribuição de renda ainda é um fator que atrasa o desenvolvimento dos países do BRICS.

Sobre a evolução do sistema internacional podemos dizer que passou por várias ordens e configuração de poder. De 1949 - 1989 a configuração da ordem internacional foi bipolar. De 1989 - 2008 existe uma pretensão de unipolarismo (DAMICO, 2013). E a partir de 2008, com a crise do sistema financeiro internacional foi aberto um espaço para o multipolarismo. No imediato pós-segunda Guerra gestou-se uma ordem liberal com a criação do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, o sistema de Bretton Woods, o FMI e o Banco Mundial (DAMICO, 2013). E por fim o sistema multilateral de comércio, o GATT e a OMC (DAMICO, 2013) Nos anos 60, 70 e 90 houveram algumas atualizações desse sistema. Nos anos 60 houve o aumento do número de membros não - permanentes no Conselho de Segurança da ONU. Em 1971 a República Popular da China retoma seu assento no conselho de segurança da ONU. E em 1992 a comunidade dos Estados independentes assume o assento da antiga União Soviética.

No entanto, a configuração atual de poder no sistema internacional não está representada pela hierarquia nas organizações internacionais criadas no pós-Segunda Guerra (VIGEVANI e RAMAZINI JÚNIOR, 2009). Em relação as organizações internacionais, poucas estruturas foram atualizados com as demandas

dos países em desenvolvimento, e as economias emergentes vem ganhando cada vez mais peso para a economia mundial. Com isso, a cooperação internacional e o sistema multilateral entraram na pauta de discussão dos Estados e das organizações internacionais. Como exemplo temos a dificuldade de finalização de processos negociadores multilaterais universais como é o caso do protocolo de Kioto sobre emissões, da Rodada de Doha e o tribunal penal internacional (Alfredo Graça Lima, 2014). A crise de 2008 trouxe necessidade de ação urgente, houve então uma proliferação de acordos regionais de comércio, a criação de novos agrupamentos tanto políticos quanto comerciais e a consolidação de outros como o caso do BRICS em 2009.

Em termos de caracterização do BRICS trata-se de uma coalizão sui generis e não de um bloco. Esse conceito é importante porque uma coalizão é um instrumento preferencial para ação coletiva internacional destinada a contrabalancear países hegemônicos (DAMICO, 2013).

Os países do agrupamento BRICS coordenam suas ações em áreas em que há vantagens comparativas em que exista convergência entre seus membros (DAMICO, 2013). Por isso, os países membros do agrupamento não precisam ter opiniões similares sobre todos os temas da esfera internacional. Sobre o nível de coesão do agrupamento, mesmo os membros da União Europeia que são um bloco possuem visões distintas em suas relações e em relação ao Conselho de Segurança da ONU (DAMICO, 2013).

Em 2001 Jim O' Neill apresenta a análise das economias que teriam mais futuro "*The Building Better Economics BRICs*" e também há o ingresso da China na OMC, após 15 anos de negociação, mas só em 2009 o BRICS se tornam iniciativa de diplomacia presidencial. Entre 2006-2008 tem-se a organização de vários encontros entre chanceleres a margem do debate da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, inclusive com participação ativa do Brasil. Em 2009 ocorre a Primeira cúpula do BRICS em Ecaremtiburgo. Entre 2009-2013 temos o Primeiro ciclo de encontros de cúpulas do BRICS tendo sido encerrado em Durban, África do Sul no ano passado, já tendo sido cada um dos membros. Com a 6ª cúpula do BRICS, julho em Fortaleza foi dado o início ao segundo ciclo.

A coalizão BRICS, como instrumento de diplomacia presidencial só foi possível graças a criação do IBAS (Índia, Brasil, África do Sul). A ideia de um grupo de países em desenvolvimento foi proposta pela ministra das relações exteriores da África do Sul e adotada por Celso Amorim, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 2003. Três países multiétnicos, que tinham necessidades específicas de países em desenvolvimento e possuíam afinidades, fruto da cooperação Sul-Sul, conforme o ex-ministro das relações exteriores do Brasil Celso Amorim (2012).

Apesar da sigla BRICS ter sido criada inicialmente a partir de um estudo de análise de mercado da Goldman Sachs, dos países que teriam os maiores pibs mundiais e futuro na economia mundial, a criação do IBAS foi politicamente fundamental para a criação do agrupamento BRICS, segundo o ex- ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. A partir da criação do IBAS o Ministério das Relações Exteriores do Brasil recebia inúmeros contatos, sobretudo da Rússia e da China para entrarem no IBAS, segundo Celso Amorim.

O Brasil não apoiou a inclusão de outros membros ao IBAS, por querer manter a personalidade do fórum. Brasil, Índia e África do Sul foram os únicos países em desenvolvimento não muçumanos da região a participarem da conferência de Anápolis (para discutir a questão entre Palestina e Israel) e avançar na criação de um Estado Palestino. Até a União Europeia teve interesse de manter relações com o IBAS, segundo o ex-ministro. A demonstração de independência da política externa desses países em desenvolvimento teve reflexos em outros países desenvolvidos. A rebelião de Cancún, liderada pelo Brasil, em setembro de 2003, na conferencia ministerial da OMC, demonstra que os países desenvolvidos não querem negociar sobre o balanço de poder nas questões comerciais (CAMPOLINA, 2003). A diplomacia multilateral brasileira reconhece que é preciso unir os interesses dos países em desenvolvimento para ter uma maior voz nas organizações internacionais.

De acordo com Damico (2013), “o BRICS é caracterizado por uma pragmática iniciativa de diplomacia presidencial em que se combinam potências do status quo em países que demandam reformas da ordem internacional”. O Fundo Monetário Internacional foi recapacitado com uma nova infusão de capital a partir dos países do BRICS, no entanto a reforma das cotas do FMI ainda não foi realizada. A principal

estratégia de negociação do Brasil e da China no BRICS pode ser caracterizada como integradora, ou seja, procurar soluções que melhorem a capacidade de atuação dos regimes internacionais (DAMICO, 2013). Os países do grupo coordenam seus posicionamentos em fóruns multilaterais, como o G-20 Financeiro e o FMI, principalmente com relação a reforma das cotas do fundo. A atuação do Brasil no BRICS segue as orientações preferenciais da política externa brasileira que é marcada especialmente no governo Lula pela estratégia da autonomia pela diversificação. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), autonomia pela diversificação, seria em síntese:

A adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 283).

A estratégia da autonomia pela diversificação se caracteriza pela cooperação com parcerias não tradicionais com o objetivo de incremento das relações exteriores para aumentar a capacidade de negociação do Brasil. À exemplo da busca pela diversificação de parcerias se tem a criação do IBAS em 2003, da Cúpula ASPA (América do Sul e Países Árabs) em 2005, com a Cúpula ASA América do Sul a África em 2006 e do Brics em 2009 (AMORIM, 2010).

A crise econômica financeira mundial de 2008, proporcionou um ambiente favorável a apresentação de soluções para a crise. Desse modo o BRICS se apresenta como agrupamento em 2009, mostrando alternativas a configuração de poder nas organizações internacionais e como voluntários para contribuir com a governança global, principalmente por terem tido as suas economias menos afetadas pela crise. De acordo com Lima (2014) “o foco inicial do grupo tem sido na coordenação do grupo no âmbito do G-20 financeiro com expansão das áreas de coordenação nos setores em que haja consenso, ou seja, construção de consensos pragmaticamente e paulatinamente”. A evolução do BRICS se dá em várias vertentes. A primeira são os contatos diretos entre a sociedade civil e os contatos entre os fóruns acadêmicos e empresariais (LIMA, 2014). A segunda seria a vertente

intergovernamental através da coordenação em fóruns internacionais, como o G-20, o FMI, o Banco Mundial e a ONU (LIMA, 2014). A terceira seria a cooperação entre os próprios BRICS, que passam por trinta áreas como saúde, científico-tecnológica, e recentemente a área financeira

A política externa brasileira foi definida por Celso Amorim (2010) ex- ministro das relações exteriores do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como sendo *altiva* e *ativa*. *Altiva* porque poderia assumir posições independentes mesmo que ela viesse ferir aos interesses e desejos de outros países, ou aos países desenvolvidos. E *ativa*, pois, ela não se resumiria a ser reflexo de situações, mas sim promoveria assuntos novos, novas iniciativas. Existem várias maneiras de agir ou reagir à agenda internacional. Na proposta de política externa pode-se simplesmente reagir à agenda que já está dada ou contribuir com a criação de temas para agenda internacional. O país pode reagir de maneira submissa com pequenos ajustes ou reagir de maneira forte a defender seus interesses ou ainda, influenciar na agenda internacional.

A proposta brasileira de política externa *altiva* e *ativa* influiu na agenda internacional da sua política externa. O Brasil queria contribuir para uma nova ordem política e econômica internacional. Reagiu de maneira forte a agenda internacional existente e contribuiu para a agenda internacional. O Brasil pretende reagir, de maneira forte, a agenda existente, como também, contribuir para criar a nova agenda internacional. A criação do IBAS, da UNASUL, foram temas que não estavam na agenda. A política externa seria *altiva* por assumir posições independentes diante de outros países e *ativa* por criar novas agendas e ter proatividade no cenário internacional. O Brasil em muitos casos de conflitos internacionais procura encontrar uma forma que permita ao país respeitar a democracia, mas encaminhar para uma solução pacífica. O Brasil não possui um excedente de poder militar por isso em muitos casos não pode contrariar diretamente as grandes potências para não sofrer retaliações. Em controvérsias internacionais não basta defender a posição correta, porque poderia ocasionar conflitos, mas teria que procurar uma solução pacífica para a resolução do conflito (AMORIM, 2010).

A política externa ativa e ativa do Brasil trouxe reações positivas na maneira de como é visto pelos outros países principalmente pelos países desenvolvidos. Ao se posicionar diante de questões, principalmente na Rodada de Doha, na qual a agricultura era o principal motor das reformas, o Brasil bloqueou a rodada, pois prejudicava os seus interesses. Sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU para países em desenvolvimento, Alemanha e Japão que também desejam ingressar no conselho, distinguiram as suas entradas como sendo de países desenvolvidos separados da categoria de países em desenvolvimento. A França apoiava os grandes países do Sul e logo após a Inglaterra passou a apoiá-los, sem, no entanto explicitar o apoio direto ao Brasil. Depois das posições independentes brasileira no cenário internacional, a França passou a apoiar o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, explicitamente. E Alemanha e Japão passaram a defender a reforma do conselho de segurança da ONU, sem argumentar que os países desenvolvidos teriam prioridade sobre os em desenvolvimento (LIMA, 2012). A voz internacional do Brasil, após a demonstração de independência e atividade passou a ser mais respeitada.

A China se caracteriza dentro do BRICS por ser a segunda maior economia do mundo, será em breve maior que a soma do PIB das economias do Brasil, Rússia, Índia e África do Sul. Além disso, é o maior parceiro econômico comercial do mundo considerando a soma das suas importações e exportações caso não seja considerado a União Europeia. A República Popular da China possui a maior população mundial e possuiu um regime político distinto dos demais países do agrupamento. A política externa chinesa é totalmente pragmática. Desse modo o que a política externa busca, no BRICS, garantir formas de continuar o seu crescimento econômico. Através da parceria com os países membros do grupo, a China busca o fortalecimento das suas demandas econômicas nas instituições internacionais e proteção contra o intervencionismo dos países desenvolvidos. Assim a China consegue continuar o seu crescimento econômico.

Em termos de comércio entre os Estados membros do BRICS há uma grande evolução sendo a China o segundo maior importador e o maior exportador para o Brasil, Rússia e África do Sul. É o quarto maior destino das exportações indianas e o segundo maior exportador para Índia. Entretanto nenhum país do BRICS são um dos cinco maiores exportadores para a China. O BRICS são exportadores de

*comodities* necessários para a economia chinesa e são importadores de manufatura da mesma. Há uma divisão do trabalho desigual no âmbito do agrupamento. Como resultado o comércio entre esses países passou de 26 bilhões de dólares em 2002 para 276 bilhões em 2012. O crescimento total de 933% acima do comércio mundial. Essa grande interação de comércio entre os Estados do BRICS foi facilitada pela complementariedade das economias dos países mesmos. E como consequência dessas relações com a China, cada país do BRICS se tornou um grande parceiro comercial da mesma.

Iniciativas em que o BRICS esteve engajado como a reforma das cotas do FMI e de alguns membros a reforma do Conselho de Segurança da ONU ainda não foram implementadas. O fato que recentemente as economias dos BRICS não terem mantido a sua mesma taxa de crescimento econômico como no início da primeira década do século XXI, não é razão para o agrupamento não evoluir (DAMICO, 2013). Pelo contrário, a evolução continua voltada não apenas a área econômico-comercial, mas também ao fortalecimento da parceria política. Entretanto, de acordo com Damico (2013) cresce entre o agrupamento a percepção de que eles podem estar sofrendo algum tipo de estrangulamento estratégico por parte dos países desenvolvidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No pós - Segunda Guerra Mundial estruturou-se um sistema multilateral que servia aos interesses, principalmente, dos EUA. O Sistema de Bretton Woods foi responsável em parte pela liberalização econômica e financeira que trouxe dificuldades de desenvolvimento, nos anos 80 e 90, aos países subdesenvolvidos do sistema internacional. A partir do século XXI podem-se visualizar grandes transformações no cenário internacional, dentre elas, o grande crescimento econômico dos países emergentes, como a China e o Brasil. Assim em 2009, o BRICS se articula como projeto da diplomacia presidencial do governo Lula e como fórum político, começa a exigir reformas nas organizações internacionais de cunho global para representar também os interesses dos países emergentes.

A China, como segunda maior economia mundial, possui mais *hard power* que o Brasil. O grupo BRICS é para a China, um meio de contestação da ordem internacional do pós - Segunda Guerra Mundial, a qual favorece ainda os países desenvolvidos. Assim, a República Popular da China não entra em embate direto com Estados Unidos e países desenvolvidos, porém se mostra descontente com suas ações na política externa principalmente em questões comerciais. O BRICS sendo utilizado como instrumento de *soft power* permite a China desempenhar o papel de líder dos emergentes ao mesmo tempo em que suscita uma ordem internacional multipolar. O pertencimento ao grupo ainda pode proporcionar a China várias oportunidades de conseguir matéria-prima para o seu crescimento econômico e recursos energéticos, o que favorece o alcance dos objetivos da estratégia chinesa para o século XXI, como a abertura de mercados, para isso, se utiliza da cooperação comercial e política em fóruns internacionais e instituições multilaterais, com a finalidade de manutenção do seu nível de crescimento econômico.

Ao fazer parte do BRICS e preferir uma ordem multipolar ao invés de entrar em confrontação direta com os países desenvolvidos, a China, o único país não ocidental a atingir esse nível de crescimento após a 2ª Revolução Industrial (ALTEMANI, 2013), procura apagar a imagem de que o seu crescimento seria uma ameaça ao sistema internacional. Dessa maneira a China desenvolve o seu *soft power* político de duas maneiras, segundo Rosa (2014) , se aproximando de países com demandas semelhantes, os países emergentes, necessários ao seu

crescimento econômico e evitando uma confrontação direta com a liderança dos EUA. Dessa forma, a China não se coloca como uma alternativa aos EUA, mas encaminha reformas para o sistema internacional, para atender melhor aos seus interesses, visando também à construção de um sistema internacional multipolar.

A transformação da sigla BRIC, cunhada por Jim O’Neill, em agrupamento informal, se deu por incentivo diplomático brasileiro e russo. “O grupo seria para o Brasil, uma oportunidade de projeção externa para o país, apoiando-se no peso do grupo como um todo para dar voz a suas demandas” (SILVA, 2013, p. 126). A China teve uma maior cautela quanto ao agrupamento e passou a incentivá-lo mais, a partir da crise de 2008, pois as economias do BRIC demonstraram uma melhor recuperação do que a dos países desenvolvidos. A constituição e valorização do grupo BRICS é parte da tentativa brasileira de alcançar seus objetivos por meio do fortalecimento de novos polos de poder trabalhando na formulação e implantação de regras mais favoráveis às potências emergentes nos organismos internacionais. Segundo Silva (2013), tendo em vista às limitações impostas pelas normas internacionais vigentes traçadas na ordem internacional do pós- Segunda Guerra Mundial, que não representam a atual configuração econômica da ordem internacional, o Brasil executa a estratégia de balanceamento brando por meio do plano multilateral. Não havendo possibilidade de enfrentar a capacidade militar, o *hard power* dos EUA, o balanceamento brando serviria para aumentar a margem de manobra do Brasil no tabuleiro do sistema internacional. “Balanceamento brando consiste na utilização de instrumentos não militares para frustrar as políticas unilaterais da potência hegemônica” (SILVA, 2013 p.98). Nesse sentido pode-se entender o BRICS como mecanismo de *soft power* da política externa brasileira e chinesa. Dessa forma, o grupo é relevante no contrabalanceamento a potências hegemônicas, na constituição de aliados políticos, principalmente em questões econômico-financeira e comercial. Nesse sentido, o grupo é utilizado como um instrumento de política externa para o alcance de um maior peso político no cenário internacional, principalmente em organizações multilaterais de abrangência global. Assim o BRICS é utilizado pelo Brasil e pela China como um instrumento de *soft power*.

A política externa do governo Lula (2003 - 2010) foi marcada pela busca da autonomia pela diversificação, universalização e pelo amadurecimento das relações

políticas com os EUA (CERVO, 2012). A aproximação com as potências emergentes por meio do BRICS teve o propósito de tornar o Brasil um *global player* e de reduzir vulnerabilidades econômicas, tecnológicas, políticas, comerciais e em menor escala de segurança. Verifica-se no século XXI um contexto de transição da ordem internacional, o Brasil incentiva a transição para uma ordem multipolar pautada pelo multilateralismo. A reforma da governança global é um dos objetivos que a diplomacia brasileira busca atingir por meio do BRICS. Apesar de não ter conseguido apoio para a sua entrada no Conselho de Segurança da ONU, No que concerne às questões ligadas à área econômico-financeira, o Brasil alcançou um maior sucesso, com o comprometimento dos países desenvolvidos em realizar reformas dentro do FMI e do Banco Mundial.

A política externa do governo da presidente Dilma Rousseff, iniciada em 2011, deu continuidade ao diálogo e cooperação com as potências emergentes do BRICS. Entre 2011 e 2014 surgiram novos mecanismos que visam o aumento da cooperação intra-BRICS, que abrange mais de trinta áreas, maior coordenação política e o fortalecimento do grupo no cenário internacional. A reforma da governança global e de instituições multilaterais, principalmente no âmbito econômico-financeiro continua a ser perseguida pela política externa brasileira do governo da presidente Dilma Rousseff. O Brasil percebe o BRICS como um mecanismo para aumentar a sua influência no cenário internacional em busca de uma ordem global mais legítima, que represente as demandas das potências emergentes. Anseia também por uma transição da ordem vigente para uma ordem multipolar pautada no multilateralismo da reciprocidade e na multipolaridade benigna. A política externa brasileira utiliza o BRICS para projetar seus interesses no sistema internacional e ganhar mais peso nas organizações internacionais de âmbito global. O sucesso do BRICS dependerá em parte da manutenção do nível de crescimento econômico dos países do grupo e da intensificação da cooperação entre os Estados do agrupamento.

A valorização do BRICS pela República Popular da China faz parte da grande estratégia chinesa de se transformar em uma potência mundial sustentável, no sentido de ter um crescimento sustentável. A China prefere pautar sua ascensão na construção de uma ordem multipolar, pautada na cooperação com as potências emergentes, assemelhando-se nesse aspecto com a política externa brasileira. A

RPC procura por meio da cooperação com outros Estados, construir uma boa imagem no cenário internacional para que o seu crescimento econômico não seja visto como uma ameaça. Ao mesmo tempo em que se alia com os interesses dos países emergentes para tentar reformular as normas do sistema internacional a favor do seu desenvolvimento, o país constitui parcerias para evitar um possível isolamento diplomático por parte dos países desenvolvidos a fim de prejudicar o seu crescimento econômico. No entanto, a China não procura um enfrentamento direto com os EUA, preferindo a tática de influenciar as normas das instituições multilaterais para promover os seus interesses, principalmente em questões comerciais, econômico-financeira, por meio da formação de agrupamentos, como o BRICS e de parcerias estratégicas. Assim a China busca se integrar ao sistema internacional de forma abrangente para adquirir o status de grande potência no sistema internacional (NIU, 2013). Para isso, a China trabalha no sentido de ser vista como uma potência responsável e legítima, procurando legitimar suas ações pelo sistema multilateral. A RPC investe na construção de conceitos como mundo harmonioso e desenvolvimento pacífico para melhorar a sua imagem internacional. No entanto o objetivo central da grande estratégia chinesa é de ser uma potência sustentável, desenvolver o país sem utilizar da guerra, pois, um ambiente pacífico e estável no cenário internacional é necessário para a manutenção do seu crescimento econômico. Para se atingir tal objetivo a RPC assim como o Brasil valoriza o multilateralismo e a construção de um mundo multipolar na busca pelo desenvolvimento sustentável (NIU, 2013, p. 98).

Ao final deste trabalho pode-se afirmar que a opção pela diplomacia multilateral pela política externa brasileira e chinesa no início do século XXI, levou aos dois países a valorização do BRICS como instrumento de soft power da sua diplomacia. Nesse sentido afirma-se que a preferência da diplomacia multilateral no início do século XXI pelo Brasil e pela China levou a aproximação desses dois países por meio do agrupamento BRICS. Houve um incremento nas relações comerciais entre os dois Estados, transformando a China, em 2009, no principal parceiro comercial do Brasil. A intensificação da cooperação se deu também na elevação das relações bilaterais dos dois países de parceria estratégica (1993) para parceria estratégica global (2012).

Principalmente em um cenário de transição pós-crise de 2008, a visão compartilhada da política externa brasileira e chinesa de valorização do multilateralismo e de promoção de uma ordem multipolar, leva a cooperação entre os dois países por meio do BRICS. A cooperação se dá intra-BRICS em mais de trinta áreas e nas organizações internacionais buscando inserir as demandas das potências emergentes nas instituições internacionais de âmbito global. Assim o BRICS é utilizado como instrumento de *soft power* da diplomacia brasileira e chinesa para a modificação de normas internacionais para representar os seus interesses, tornando as organizações multilaterais mais legítimas a configuração atual de poder econômico, de modo a propiciar o desenvolvimento e a ascensão dessas potências.

## REFERÊNCIAS

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica/** Henrique Altemani. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. ISBN: 978-85-8054-063-5

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: uma parceria revigorada?** In: Brasil-China: construindo o BRICS / organizado [por] Alexandre Zhebit – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. ISBN: 978-85-7108-360-6.

AMORIM, Celso. **¿Existe realmente el BRIC?** Economía Exterior Nº 52 Primavera 2010. Disponível: <http://www.politicaexterior.com/articulo?id=4271>. Acesso em: 14 de maio de 2014 às 15h.

BAOJUN, Li. **BRICS em foco: parceria estratégica Brasil- China.** In: Brasil-China: construindo o BRICS / organizado [por] Alexandre Zhebit – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. ISBN: 978-85-7108-360-6.

BOYER, Robert. **“Les formes du capitalisme en pays émergents”.** In: JAFFRELOT, Christophe (org.). L’Enjeu Mondial. Les Pays Émergents. Paris: Presse de Sciences Po- L’Express.

BRICS Monitor. **As Mudanças na Política Externa do Governo Dilma e a “Multipolaridade Benigna”.** Núcleo de Análises de Economia e Política dos Países BRICS/ BRICS Policy Center/ Centro de Estudos e Pesquisas BRICS. Maio de 2011.

BUZZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 564 p. (Cambridge studies in international relations; v.91) ISBN 0521891116.

BUZZAN, Barry, WAEVER, Ole, WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis.** Londres: Lynne Rienner, 1998.

CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena. **Reflexões sobre a Política de C, T&I da China.** Contribuição ao Painel "Brasil-China: Políticas de Ciência e Tecnologia, Visões de Futuro do Seminário Internacional Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades" Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e Instituto de Estudos Brasil-China (IBRACH). Rio de Janeiro, Julho de 2011.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais** / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012. ISBN: 978-85-7631-375-5

CHANGSHENG, SHU. **Internacionalização do renmenbi: processo e perspectivas**. In: Brasil-China: construindo o BRICS / organizado [por] Alexandre Zhebit – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. ISBN: 978-85-7108-360-6.

CAMPOLINA, Adriano. **Significados e desafios do colapso de Cancún**. Observatório da Cidadania. 2003.

CARRIÇO, Alexandre. A China e a Política Internacional. **Grande estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. Relações Internacionais**. Junho: 2013 N ° 38 Pp. 023-033

CARVALHO, José Reinaldo. Intervenção apresentada no seminário **A China no século 21: Presente e Futuro**, realizado na sede do Parlamento Europeu (PE), em Bruxelas, Bélgica, nos dias 6 e 7 de junho de 2013, uma iniciativa da Rede Correspondências Internacionais, da Fundação Gabriel Péri e do Grupo da Esquerda Unida-Esquerda Verde Nórdica no PE. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/noticia\\_print.php?id\\_noticia=216021&id\\_secao=9](http://www.vermelho.org.br/noticia_print.php?id_noticia=216021&id_secao=9). Acesso em: 20 de junho de 2014 às 20h.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª. ed. rev. ampl., 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 595 p. ISBN: 978-85-230-1287-8.

COZENDEY, Carlos Márcio. **BRIC a BRICS em um mundo em transição**. P.157. In: O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Organizador: Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. ISBN: 978-85-7631-427-1. – 2. ed. rev. ampl. -- FUNAG- Ministério das Relações Exteriores. Brasília. FUNAG, 2013.

DAMICO, Flávio. **Brics criarão fundo de reservas e banco com foco em desenvolvimento sustentável**. Entrevista. Quinta-feira, 10 de julho de 2014 às 12h36min. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/assunto/jose-alfredo-graca-lima/>. Acesso em: 12 de julho de 2014 às 18h.

DAMICO, Flávio. **BRICS: o novo “lugar” do conceito.** In: O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Organizador: José Vicente de Sá Pimentel. ISBN: 978-85-7631-427-1. FUNAG- Ministério das Relações Exteriores. Brasília. 2013.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China.** Texto da conferência realizada no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo em 8 de agosto de 1990. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>. Acesso em: 18 de julho de 2014 às 16h.

FARIA, Fábio Martins. **Panorama das relações comerciais Brasil-China.** In: Brasil-China: construindo o BRICS / organizado [por] Alexandre Zhebit – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. ISBN: 978-85-7108-360-6.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). Organizador: José Vicente de Sá Pimentel. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional.** Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Organizador: José Vicente de Sá Pimentel. ISBN: 978-85-7631-427-1. FUNAG - Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2013.

GONÇALVES, Williams e BRITO, Lana. **Relações Brasil-China: evolução e polêmica.** In: Brasil-China construindo o BRICS/ / organizado [por] Alexandre Zhebit – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. ISBN: 978-85-7108-360-6.

HURRELL, Andrew. **Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes?** In: **Os Brics e a ordem global** – Rio de Janeiro: Editora FUNAG, 2009.

JÚNIOR, Gelson Fonseca. **BRICS: notas e questões.** In: O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Organizador: José Vicente de Sá Pimentel. ISBN: 978-85-7631-427-1. FUNAG- Ministério das Relações Exteriores. Brasília. 2013.

JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. **Uma Análise da Política Externa Do Governo Lula Da Silva.** Dossiê Os Anos Lula 60 Revista Debates, Porto Alegre, V.4, N.2, P. 60-80, Jul.-Dez. 2010.

KEOHANE, R. O. **The contingent legitimacy of multilateralism.** In: NEWMAN, E.; THAKUR, R.; THIRMAN, J. (Ed.). *Multilateralism under challenge? Power,*

international order, and structural change. Tokyo: United Nations University Press, 2006.

KOCHER, Bernardo. **Uma análise prospectiva para as relações Brasil-China no contexto do BRICS**. In: Brasil-China: construindo o BRICS / organizado [por] Alexandre Zhebit – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. ISBN: 978-85-7108-360-6.

KOŁODZIEJ, Edward A. **“A Segurança Internacional depois da Guerra Fria: da Globalização à Regionalização”**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 17, n.2, jul./dez. 1995, p.313-349.

KRUGMAN, Paul. **“Não é hora de pensar no déficit”**. Folha de S.Paulo, 18/10/2008 - com tradução de Paulo Migliacci (originalmente publicado no New York Times).

KUPCHAN, Charles A. **Hollow hegemony or stable multipolarity?** In: IKENBERRY, G. John (Org.). American Unrivaled: the future of the balance of power. Ithaca/London: Cornell University Press, 2002. p. 68-98.

LAFER, Celso. **A identidade do Brasil e a política externa**. Passado, Presente e Futuro. 1998.

LESSA, Antônio Carlos. **A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais**. Rev. bras. polít. int. [online]. 1998, vol.41, n.spe, pp. 29-41. ISSN 0034-7329.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais – A Pax Britânica e o mundo do século XIX**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 1. 168 p.

LIMA, Alfredo Graça. **Cúpula dos Brics abre novo ciclo de reuniões com crescimento inclusivo no centro do debate**. Quarta-feira, 9 de julho de 2014 às 16:19. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/assunto/jose-alfredo-graca-lima/>. Acesso em: 9 de julho de 2014 às 11h.

LIMA, Maria Regina Soares. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 24-59 [2005].

MACFARLANE, Neil. **O “R” dos Brics: a Rússia é uma potência emergente?** Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? In: HURRELL, Andrew; NARLIKAR, Amrita; LIMA, Maria Regina Soares de; Neil; FOOT, Rosemary. **Os Brics e a ordem global** – Rio de Janeiro: FGV, 2009, pp. 75-85.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A crise em perspectiva: 1929 e 2008. Novos Estudos**, CEBRAP, Campinas, nº 82, p.57-66, nov. 2008.

MELLO, Flávia de Campos. 1628 Textos para Discussão. **O Brasil e o Multilateralismo Contemporâneo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, 2011.

MENDES, Carmen Amado. **Ásia: Segurança e Poder. A China e a cooperação Sul-Sul. Relações internacionais**. Junho: 2010, 26 [pp. 039-046]

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE - Itamaraty). **Informações Gerais sobre o grupo BRICS**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>. Acesso em: 12/06/2014 às 15h05min.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE - Itamaraty). **Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014**. Nota à imprensa nº 205, 15 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da/print-nota>. Acesso em: 10 de maio de 2014 às 10h.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 1093 p. (Clássicos IPRI) ISBN 8570601484

MORRISON, W. M. **China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States**. Congressional Research Service, Fev.2014.

NIU, Haibin. **A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS**. Contexto Internacional (PUC). Vol.25 nº1 – Jan/Jun 2013 - p. 197-229. 1ª Revisão: 08/07/2013.

NOVOSSELOFF, Alexandra. **L'essor du multilatéralisme: principes, institutions et actions communes.** Annuaire Français des Relations Internationales, 2002, v. 3.

NYE, Joseph. **Comprender os conflitos internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História.** 1ª edição 2002. 2ª Edição 2011. ISBN 978-972-662-845-3 | 306 págs. Editora: Gradiva. Lisboa.

OLIVEIRA, Mauricéia Rosel. **IBAS E BRIC: SUA ORIGEM E SEU FUTURO.** Pós-graduação lato sensu em Relações Internacionais e Diplomáticas da América do Sul pela Universidade Católica de Brasília. Brasília – DF, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões.** Petrópolis: Vozes, 2004, 248 p. ISBN: 85-3262-958-X.

PINHEIRO, Samuel Guimarães. **Brasil e China: Multipolaridade** / Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. - Brasília: IPRI, FUNAG, 2003. Textos apresentados no seminário Brasil-China, Rio de Janeiro, 1999.

PIRES, Samuel de Paiva. **Pacta especial XVIII Jornadas de Relações Internacionais - Multilateralismo: uma inevitabilidade nas Relações Internacionais.** Artigo publicado sábado, 6 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://neri-iscsp.blogspot.com.br/2008/12/pacta-especial-xviii-jornadas-de-relaes.html>. Acesso em: 30 de abril de 2014 às 10h.

ROSA, Marcela Tarter. **A Política Externa Brasileira e a Multilateralidade: a Inserção Internacional do Brasil como Membro do BRICS. 2014.**

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta Dilma Rousseff, durante sessão de trabalho da V Cúpula do BRICS.** Portal do Planalto - publicado 27/03/2013. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-de-trabalho-da-v-cupula-dos-brics-durban-africa-do-sul>. Acesso em: 06 de junho de 2014 às 8h.

SILVA, Antouan Matheus Monteiro Pereira. **O Bric na Política Externa do Governo Lula (2003-2010): Do Conceito à Coalizão.** Universidade De Brasília. Instituto De Relações Internacionais. Programa De Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNB- Brasília, 2013.

UNCTAD. **South-South Cooperation: Africa and the New Forms of Development Partnership**. Genebra, 2010.

VIGEVANI, Tullo e RAMANZINI Júnior, Haroldo. **A ideia de multilateralismo**. 8º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas. FGV. 2010.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

VISENTINI, Paulo Fagundes; ADAM, Gabriel; VIEIRA, Maíra; SILVA, André; PEREIRA, Analúcia. **BRICS: As Potências Emergentes**. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes Ltda, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A dimensão político-estratégica do BRICS: entre a panaceia e o ceticismo**. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FGV). Organizador: José Vicente de Sá Pimentel. In: O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional. Fundação Alexandre de Gusmão (FGV). Organizador: José Vicente de Sá Pimentel. ISBN: 978-85-7631-427-1. FGV- Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2013.

XIAOPING, D. 1997 **Discurso proferido no partido comunista em 1977**. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol2/text/b1110.html>, 1997. Acesso em: 10 de junho de 2014 às 9h.

YANJIU, Zhongguo. **Revista de Estudos Chineses**. Instituto Português de Sinologia. 2º semestre de 2008.

ZHEBIT, Alexandre (organizador). **Brasil-China: construindo o BRICS** / organizado [por] Alexandre Zhebit – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. ISBN: 978-85-7108-360-6.

ZIMMERMANN, Augusto. **Rui Barbosa, O “Águia De Haia”**: Um Breve Estudo Em Homenagem Ao Centenário De Sua Participação Na Segunda Conferência De Paz De Haia. 2007. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/33/aug\\_zimmermann\\_33.pdf](http://www.achegas.net/numero/33/aug_zimmermann_33.pdf). Acesso em: 02 de maio de 2014 às 10h.